

RADIS

Jornalismo

Participação

Memória

**Programa Radis completa
30 anos de Comunicação e Saúde**

Massacre de Manguinhos

*O triste episódio de cassação
dos pesquisadores da Fiocruz
pela ditadura militar*

Comunicação feita em Manguinhos

Bruno Dominguez

O Programa Radis, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), o Canal Saúde e a Editora Fiocruz participaram, em junho, da Câmara Técnica de Informação e Comunicação da Fiocruz, voltada a debater, propor e avaliar as políticas da instituição no setor, favorecendo a gestão participativa. Na reunião, que fez parte de uma vasta programação de um dia inteiro, essas instâncias de Comunicação apresentaram suas trajetórias e desafios, destacando as interações já realizadas e pontuando formas de promover novas trocas. “As práticas comunicacionais das várias unidades são transversais em muitos pontos”, avaliou o coordenador do Programa Radis, o jornalista Rogério Lannes. O que as une, segundo ele, é o fato de serem todas da Fiocruz, “mas com foco na sociedade e no SUS”. A assessora de Comunicação do Canal Saúde, Ana Cristina Figueira, também frisou que o pertencimento à Fiocruz e ao Ministério da Saúde não torna os veículos da instituição *chapa-branca*. “Levamos como missão mostrar o SUS em sua complexidade, o que falha e o que funciona bem, ocupando uma lacuna deixada pela grande imprensa, que sempre trata a saúde pública a partir de um viés pessimista”, disse.

DIVERSAS VOZES

Rogério indicou como característica especial da revista *Radis*, editada desde agosto de 2002, justamente, o olhar abrangente e reflexivo sobre a saúde, abarcando temas e vozes de segmentos que pouco ou nunca são ouvidos pela imprensa comercial. “Um agente comunitário de saúde não seria capa dessas revistas, mas na *Radis* já foi”, exemplificou. Ana Cristina ressaltou que o Canal é outro veículo que abre espaço para diversas vozes, transmitindo programas produzidos por parceiros na faixa *Comunidade em cena* — dedicada a documentários de TVs comunitárias.

Uma questão levantada pelos participantes do debate foi a necessidade de se valorizar e se favorecer a troca de informações entre os setores de Comunicação. “Agora que temos um telejornal ao vivo e diário, precisamos de sugestões de pauta e respostas rápidas dos assessores da Fiocruz”, apontou Ana Cristina. Rogério lembrou que a reportagem sobre saúde prisional publicada na *Radis* 99 foi sugerida pelo pesquisador da Ensp Nilson do Rosário Costa; e que parte da equipe de reportagem cursou especialização, mestrado ou doutorado no Icict — demonstrações da interação já em andamento.

Além de receber contribuições, a *Radis* também contribui, observou. Uma mostra foi a divulgação na revista das maneiras de os leitores acrescentarem informações ao Mapa da Injustiça Ambiental (*Radis*


95) desenvolvido pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp/Fiocruz), em parceria com o Icict e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

Outro consenso foi a importância de divulgar as práticas de comunicação da Fiocruz, de modo a “não falar só para sua comunidade”, nas palavras da editora de conteúdo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Elisa Andries, que assistia ao debate. “Temos qualidade para atingir um público muito maior; devemos nos preocupar em ampliar o acesso ao que produzimos”, comentou.

NOVIDADES

Na reunião, foram apresentadas novidades na comunicação da Fiocruz. O diretor do Icict, Umberto Trigueiros, falou sobre a Rede de Bibliotecas da Fiocruz, coordenada pelo instituto, que integra o acervo de milhares de obras adquiridas desde a criação da fundação, em 1900, com as bibliotecas localizadas em Salvador, Belo Horizonte, Manaus, Recife, Brasília e em diversos centros de documentação. Também tratou do Repositório Institucional da Fiocruz, o Arca, que passa a reunir artigos científicos, teses e dissertações, relatórios técnicos, vídeos e outros materiais originários de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico. O portal Fiocruz foi reformulado em junho e agora tem estrutura de navegação mais intuitiva, com cinco grandes áreas temáticas e busca por menu hierárquico, tarefa, destaques editoriais, índice alfabético de categorias e filtros.

Já o Canal Saúde vem consolidando sua transformação de produtora em emissora, ocorrida em dezembro de 2010. Até então, dependia de terceiros para a veiculação dos programas que produzia e estava presente nos estados brasileiros por intermédio de emissoras parceiras, em canais universitários, comunitários e legislativos. Agora, tem canal próprio na Oi TV, e também via antena parabólica, totalmente dedicado à saúde pública. A grade tem dez horas diárias de programação, com o *Jornal da Saúde* (telejornal ao vivo e diário) como novidade. A programação é veiculada simultaneamente via internet.

A Editora Fiocruz, que conta com catálogo de quase 350 títulos, agora disponibiliza mais de 50 deles no Portal SciELO Livros (<http://livros.scielo.org>), lançando este ano para dar acesso online a livros de caráter científico editados, prioritariamente, por instituições acadêmicas, como relatou João Canossa, editor executivo da editora. Parte do programa SciELO, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o portal foi desenvolvido e financiado pelas editoras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Fiocruz. 

Sem democracia não há saúde

Comemorar 30 anos do Programa Radis é falar de jornalismo sem idealização, sem o disfarce da neutralidade. Contar a história de uma iniciativa genuína de Estado que nunca cedeu às amarras da divulgação *chapa-branca* e que disputa com a mídia comercial, mesmo de forma assimétrica, pelo poder simbólico de falar sobre saúde.

Radis é também uma prática social reflexiva e contra-hegemônica nos campos da Saúde e da Comunicação. Sob constante cobrança externa e autocrítica, busca a comunicação que construa e defenda criticamente o Sistema Único de Saúde, que contribua para o aprofundamento da democracia, sem a qual não há saúde coletiva.

Valorizar a participação traz interlocutores para dentro do nosso território – a escolha das palavras registradas no papel da revista e no éter da internet. A matéria de capa debate o compartilhamento desse lugar de poder que é a mediação, em crise e transformação diante das tecnologias e da midiaticização da vida contemporânea.

Em tempos de desqualificação da política e da participação, a revista *Radis* insiste no tema dos direitos humanos, essencial para a democracia.

Relembramos o Massacre de Manguinhos e o retorno à Fiocruz, em 1986, dos pesquisadores cassados pela ditadura militar. Na seção *Súmula*, a confirmação das torturas na “casa da

morte”, em Petrópolis/RJ. No Pós-Tudo, Cid Benjamin escreve sobre o dever histórico da Comissão da Verdade de investigar os crimes de Estado que deveriam ter sido enfrentados desde o primeiro dia da redemocratização no país.

Denunciamos a perseguição e criminalização dos movimentos sociais na ainda tosca democracia vigente. Na região do Xingu, professores e religiosos idosos são indiciados por formação de quadrilha pela participação em protestos contra a construção da usina de Belo Monte, e cineastas e indígenas recorrem às Nações Unidas para mostrar os bastidores obscuros da grande obra. No Rio de Janeiro, dois pescadores e ativistas de saúde ambiental na Baía da Guanabara foram assassinados quatro dias após participarem de debates sobre sustentabilidade com sindicalistas e dirigentes da Fiocruz, durante a Rio+20.

Uma linha editorial crítica e independente afirma-se diante de cada novo fato, acontecimento ou debate. Mas não precisa ser maçante nem sisuda. Como se pode notar, a revista *Radis* está de cara nova. Passou por uma reforma gráfica, que esperamos torná-la mais clara, colorida e agradável. Boa leitura!

Rogério Lannes Rocha

Coordenador do Programa Radis de Comunicação e Saúde

CARTUM



Expressões e Experiências

- Comunicação feita em Manguinhos 2

Editorial

- Sem democracia não há saúde 3

Cartum

3

Voz do leitor

4



Súmula

5

Radis Adverte

7



Toques da Redação

7

Radis 30 anos

- Jornalismo Participação Memória 8
- Credibilidade renova mediações 9
- Espaço mobilizado pelo leitor 11
- História, usos e preservação da memória da saúde pública 12
- Presença no nascer de um campo 15
- 'Radis' de cara nova 18

História

- Um resgate do Massacre de Manguinhos 19

Serviço

22



Pós-Tudo

- Verdugos e vítimas 23

1982
2012
30 anos
RADIS

Capa: Marina Boechat

Ilustrações: Lucas Pelegrineti Grynszpan (LPG)

Novos assinantes

Recebi a *Radis* e estou perplexa e maravilhada com o quanto é interessante a revista e os conteúdos contidos nela. Obrigada, espero receber sempre as novas edições e poder publicar meus trabalhos. Recomendo a todos que assinem a *Radis*.

- Fabiana Carla Mendes Oliveira, Catolé do Rocha, PB

☒ *Cara Fabiana, receba nossas boas vindas e nossos agradecimentos. A Radis com certeza continuará a chegar regularmente para você. Um esclarecimento quanto à publicação de trabalhos na revista: a Radis não é uma revista de artigos acadêmicos, não estando, assim, aberta ao recebimento de trabalhos, certo?*

Recebi hoje meu primeiro exemplar de *Radis*. Excelente, só tenho a agradecer. Parabéns e obrigada.

- Jussara de Faria Castro, Cacoal, RO

☒ *Cara Jussara, nós é que agradecemos. Seja bem-vinda!*

'Resgatistas'

É com muita satisfação que proponho esta pauta. Temos profissionais de saúde trabalhando nas rodovias federais, e os gestores federais privatizando, sem dar o suporte necessário a populações próximas dessas rodovias. Nós, médicos, enfermeiros, técnicos em Enfermagem (como eu) e condutores de ambulâncias, não temos o reconhecimento profissional nem o salário correspondente ao nosso trabalho. Não existe a profissão de resgatista em nosso país. E, mesmo assim, trabalhamos em rodovias fazendo um trabalho totalmente HUMANIZADO.

- Ricardo Cardoso Oliveira, São Gonçalo, RJ

☒ *Caro Ricardo, agradecemos a sugestão, devidamente anotada, e o relato.*

Saúde bucal

Proponho um relato sobre a importância do trabalho da equipe em saúde bucal, dentro da Estratégia Saúde da Família (ESF), na prevenção de doenças e promoção de saúde. Mencionar também a função do técnico em saúde bucal e sua importância na equipe, na ação intersectorial (saúde-educação), e a subutilização desse profissional nas equipes de saúde bucal.

- Denilson Guimarães de Oliveira, Catas Altas, MG

☒ *Caro Denilson, é sempre pertinente ressaltar a importância das equipes intersectoriais na promoção da saúde. Sua sugestão foi anotada. Por ora, sugerimos a leitura de matéria sobre saúde bucal na Radis 114. Um abraço!*

Vesícula

Será muito proveitoso que a *Radis* trabalhe temas como a colelitíase [cálculos na vesícula biliar], esclarecendo o motivo desse procedimento e informando a causa e o surgimento das pedras.

- Givani dos Santos Silva, Teodoro Sampaio, BA

☒ *Cara Givani, sugestão anotada! Obrigado!*

Promoção da saúde

Sou enfermeira e docente da Faculdade de Medicina de Marília (SP). Faço mestrado em Ciências Sociais pela Unesp e elaborei um artigo no qual discuto a valorização dos aspectos culturais para melhorar a adesão das pessoas às ações de promoção de saúde. Gostaria de publicá-lo na revista *Radis*. Como devo proceder?

- Claudia Helena Mantelle, Marília, SP

☒ *Prezada Claudia, a Radis não tem*

normas para recebimento de artigos, uma vez que não é seu propósito. No único espaço aberto a artigos, a seção Pós-Tudo, os temas são sempre definidos na reunião de pauta e buscados ou encomendados pela equipe da redação. Agradecemos seu interesse e aguardamos novos contatos!

Sistema penitenciário

Olá, sou leitor da *Radis* há algum tempo e tenho adorado as matérias escolhidas. Gostaria de poder ler uma edição sobre as práticas de saúde no sistema penitenciário, e o cenário atual do mesmo!

- Anderson Reis, Feira de Santana, BA

☒ *Caro Anderson, sugerimos a leitura das edições 99 e 118. Um abraço!*

'Radis' também agradece

Venho agradecer por ter recebido as edições que estavam faltando. Estou me deliciando com as matérias. Vocês estão de parabéns pelas reportagens e abordagem dos conteúdos. A edição de abril (Hepatite) foi de extrema importância para mim, pois pôde me enriquecer de novos conhecimentos. A de maio (Acesso e humanização) está divina, da capa aos assuntos abordados. Desde já agradeço a todos da equipe *Radis* pelo sucesso e pelo conhecimento que tenho adquirido com vocês em minha carreira.

- Jessica Belo Salazar, São Luís, MA

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Antônio Ivo de Carvalho**

Coordenação do Radis **Rogério Lannes Rocha**

Subcoordenação **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**

Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição), **Bruno Dominguez**, **Elisa**

Batalha e **Liseane Morosini**

Arte **Marina Boechat** (subedição) e **Carolina Burtle de Niemeyer**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Laís Tavares** e **Sandra Benigno**

Administração **Fábio Lucas**, **Natalia Calzavara** e **Oswaldo José Filho**

(Informática)

Estágio supervisionado **Anna Carolina Düppre** (Reportagem) e **Lucas**

Pelegrietti Grynszpan (Arte)

Periodicidade mensal | Tiragem **77.000** exemplares
Assinatura **grátis** (sujeita à ampliação de cadastro)

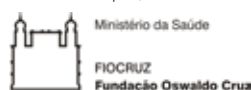
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) Tel. (21) 3882-9118
(21) 3882-9119 E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Confira também a resenha semanal Radis na Rede e a seção Multimídia, que complementam a edição impressa, em www.ensp.fiocruz.br/radis

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762 • Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





Pelos corredores da 'Casa da Morte'



Depois de quase 40 anos, foi revelado por um dos torturadores do regime militar como funcionava a *Casa da Morte*, mantida clandestinamente nos anos 1970, pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em Petrópolis (RJ), e onde podem ter sido executados pelo menos 22 presos políticos. A casa era usada para torturar os presos, pressionando-os a mudar de lado e virar informantes infiltrados. O agente responsável pela *Casa da Morte*, o oficial Paulo Malhães, 74 anos, quebrou o silêncio sobre o assunto, em entrevista ao jornal *O Globo* (24/5). Até então, sabia-se sobre o lugar por conta do depoimento da única presa sobrevivente, Inês Etienne Romeu. Seu relato foi redigido em 1971, enquanto estava no hospital onde fora internada, depois de libertada doente,

mas só revelado em 1979, quando terminou de cumprir pena — Inês Etienne foi a última presa política a ser libertada no país.

O relato de Malhães ao jornal dá a medida da crueldade de que se lançava mão para persuadir os presos. “Para virar alguém, tinha que destruir convicções sobre comunismo”, contou o oficial, conhecido na época por *doutor Pablo*. “Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte”, disse. Segundo ele, cada oficial tinha a própria equipe, que, na maioria das vezes, *trabalhava* com um preso de cada vez na casa, estudando-o detalhadamente, em relação a aspectos como a ideologia e a família. Depois que os presos mudavam de posição, eram filmados delatando os companheiros. No depoimento sobre os 96 dias que passou na casa, Inês Etienne relatou que fingiu ser uma infiltrada e foi

filmada assinando um contrato com seus algozes, informou o jornal. Em 2003, ela sofreu um misterioso acidente em casa, que resultou em traumatismo cranioencefálico, do qual ainda se recupera.

Malhães teria levado para a Casa da Morte seis presos. Nos arquivos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, constam os nomes de 26 militares que teriam atuado ali, oito ainda não identificados. Em depoimento ao jornal *Folha de S. Paulo* (16/5), por ocasião da instalação da Comissão da Verdade, a psicanalista Maria Rita Khel, uma de suas integrantes, lembrou que o Brasil é o único país da América Latina que perdoou os militares sem exigir ao menos o reconhecimento dos crimes cometidos. “Quando tabus da sociedade como o *não matará*s são infligidos sem consequência, a convivência permanece”, analisou.

Redução de danos para o aborto

Está em discussão no Ministério da Saúde a implementação de formas de acolhimento às mulheres que decidiram fazer aborto clandestino. A política de redução de danos consistiria na difusão de informações sobre alternativas ao aborto, os riscos e os métodos, além da realização de consultas com profissionais de diferentes áreas, visando ao planejamento reprodutivo e à diminuição do nível de mortalidade materna por aborto ilegal no país, informou a *Folha de S. Paulo* (6/6).

O modelo já existe no Uruguai desde 2004 (*Radis* 117) — onde o aborto ainda constitui crime na maior parte dos casos. Lá, inicialmente a mulher que deseja fazer o procedimento recebe informações sobre o aborto inseguro e realiza exames. Se a mulher decide que interromper a gravidez é a melhor opção, recebe cuidados de proteção pré-aborto e pós-aborto.

Para levar à frente o projeto, o Ministério da Saúde terá que enfrentar as bancadas religiosas do Congresso, que discordam com veemência da iniciativa e estão dispostas a contestá-la. O risco é se repetir o que ocorreu em 2011, quando o ministério iria distribuir às escolas do país um *kit* com vídeos anti-homofobia e cartilhas para esclarecer os estudantes sobre homossexualidade, e que acabou sendo apelidado de *kit gay*. Pressão da bancada evangélica levou à suspensão do material.

Saúde nos EUA: vitória de Obama

Juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos aprovaram (28/6) a reforma do sistema de saúde proposta pelo presidente Barack Obama, a Lei do Seguro Saúde Acessível, que promove a inclusão de 30 milhões de americanos, até então sem acesso a qualquer serviço de saúde — público ou privado. A três meses das eleições presidenciais no país, a aprovação representa vitória política para Obama, que, desde que assumiu, veio buscando aprovar avanços na política de saúde do país barrados há décadas, informou a *Folha de S. Paulo* (29/6). Desde março de 2010, quando o Congresso americano aprovou a reforma — sem o aval da oposição, que tornou-se maioria em novembro do mesmo ano — o tema não mais voltou à agenda. A lei foi parar na mais alta instância judicial após ser contestada por 26 estados.

Com a nova lei, que passa a vigorar em janeiro de 2014, qualquer pessoa que viva nos Estados Unidos é obrigada a ter um seguro de saúde, inclusive os mais pobres — sob pena de multa. Aqueles,

no entanto, com renda familiar mensal abaixo de R\$ 2.390 (o valor chegou a ser estipulado em até R\$ 5.000, mas isso o Supremo derrubou) terão subsídio parcial do governo federal e dos estados. De acordo com a reforma, ainda, as seguradoras não poderão recusar clientes com doenças preexistentes nem subir o preço ou limitar a cobertura com base no sexo e na condição física. Empresas médias e grandes terão de cobrir parte do seguro dos funcionários.

Matéria da edição 93 da *Radis* mostrou que a reforma de Obama, apesar de representar avanço, ainda fortalece a iniciativa privada (em contraste com o SUS brasileiro). “A nova lei é frustrante e mesmo assim passou com poucos votos”, ressaltou o sanitarista José Noronha, em seminário organizado pela Ensp/Fiocruz, em 2010, para analisar a medida.

Pesquisa do Instituto Gallup, relatada pela *Folha* (29/6), mostra que 45% dos americanos apoiam a lei, mas 72% rejeitam a obrigatoriedade do seguro.

Pescadores assassina- dos

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil lançaram (29/6) manifesto em repúdio aos assassinatos dos pescadores e ativistas Almir Nogueira de Amorim, 45 anos, e João Luiz Telles Penetra, conhecido como Pituca, de 40, membros da Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar) e militantes do movimento ambientalista da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. A associação vem, desde 2007, denunciando as violações e crimes ocorridos na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Almir e Pituca haviam participado da Cúpula dos Povos, dia 18/6, em atividade da tenda Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, organizada pela Fiocruz. Os dois desapareceram quando saíram para pescar (22/6) e foram encontrados mortos, com pés e mãos amarrados, nas águas da baía. Em maio de 2009, o tesoureiro da Ahomar, Paulo César dos Santos Souza, fora assassinado diante da mulher e dos filhos. No ano seguinte, Márcio Amaro, fundador da associação, também fora morto. Os crimes permanecem sem esclarecimentos. O manifesto reivindica que os assassinatos de Almir e Pituca, bem como os de Paulo e Márcio, sejam esclarecidos e os responsáveis, punidos; que o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, assine o Decreto de institucionalização do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; e que a Petrobrás, à frente das obras do Comperj, negocie com a Ahomar a pauta de reivindicações do movimento.

A Fiocruz e a Asfoc-SN, sindicato dos trabalhadores da instituição, tornaram públicos seu “veemente repúdio” aos assassinatos e a expectativa de uma investigação “que leve ao total esclarecimento do caso, à punição dos responsáveis pelas mortes e à proteção dos outros militantes”.



Câmara aprova 10% do PIB para a Educação



Educadores, estudantes, ativistas, gestores, entre outros segmentos da sociedade civil comemoraram a aprovação (26/6) por unanimidade na Câmara dos Deputados do investimento de 10% do PIB na educação pública. A medida é a meta número 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitava há 17 meses na Câmara (PL 8035/10).

De acordo com o texto aprovado, o investimento deve se dar em até dez anos. Entre as outras metas do PNE, estão ampliação do acesso ao ensino, erradicação do analfabetismo, aumento da escolaridade média da população e equiparação do salário dos professores com os de outros profissionais com formação superior.

Em agosto de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que esteve à frente da mobilização pelos 10%, no movimento *PNE pra valer!*, divulgou nota técnica justificando a necessidade da aplicação desse percentual em educação no país. O documento utilizou a mesma metodologia da planilha de custos do MEC e comprovou que a proposta de subir dos 5,1% do PIB aplicados hoje para 7%, feita pelo Governo Federal, é insuficiente para garantir o direito a uma educação pública de qualidade.

A aprovação da medida na Câmara gerou polêmica entre especialistas, alguns argumentando que o problema da Educação não está em falta de verbas, mas na forma de geri-las. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse que “em termos de Governo Federal equivale a colocar um MEC dentro do MEC, ou seja, tirar R\$ 85 bilhões de outros ministérios para a Educação”, informou *O Globo* (26/6).

Radis ouviu o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, para quem o Brasil ainda está em grande desvantagem em relação a outros países, porque investe pouco. “Pesquisas feitas pelo Ibope, pela primeira vez desde o governo FHC, mostram que a educação tem mais desaprovação do que aprovação dos brasileiros”. Ele observa que o cumprimento da meta de 10% deve ser incrementado quando a camada do pré-sal começar a ser explorada.

A proposta segue agora para o Senado. “Precisamos ainda avançar em fazer valer os mecanismos que garantirão esse investimento, como as metas intermediárias. Os tribunais de contas e secretarias deverão interagir para isso. Só essa aprovação não adianta”, diz Cara.

Vacina contra nicotina

Pesquisadores americanos desenvolveram vacina que promete combater a dependência da nicotina. De acordo com artigo publicado (27/6) na revista *Science Translational Medicine*, a vacina foi testada em camundongos e atua no fígado do animal como uma “fábrica de anticorpos” que engolem a nicotina que entra na corrente sanguínea, evitando que a substância chegue ao cérebro e ao coração, informou o portal G1 (27/6). O estudo foi realizado por cientistas da Weill Cornell Medical College, de Nova York, com a ajuda do sequenciamento genético de um anticorpo

de nicotina criado artificialmente. Os camundongos tratados apenas com essa substância do tabaco tiveram a pressão sanguínea e a atividade do coração reduzidas. Aqueles que receberam também a vacina não sofreram alterações em suas atividades.


Em breve, a vacina será aplicada também em primatas. Ainda não há previsão de quando as doses de anticorpos serão administradas em seres humanos. Um dos responsáveis pela pesquisa, Ronald Crystal, descreve a ação dos anticorpos como o personagem de videogame *Pac Man*, também conhecido como *Come-come*. Segundo ele, o anticorpo injetado pela vacina purifica o sangue e “é a melhor maneira de tratar a dependência crônica do fumo”.



Vítimas de Belo Monte: denúncias a ONU e OEA

Organizações de defesa dos direitos humanos denunciaram (28/6) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU) criminalização e perseguição política de movimentos sociais que fazem parte de protestos contra a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A Polícia Civil do estado acusou 11 manifestantes de liderar a invasão e depredação de um escritório do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) em 16/6, durante o evento *Xingu+23*, organizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre. Os 11 tiveram prisão preventiva pedida em 25/6, informou o site do movimento.

De acordo com as entidades que enviaram informações à OEA e à ONU sobre violações aos direitos humanos, os indiciamentos e pedido de prisão são tendenciosos e uma clara tentativa de criminalização política — os acusados, entre os quais estão a professora Antonia Melo, de 62 anos, coordenadora do Xingu Vivo para Sempre, a Irmã Ignês Wenzel, 73, e o padre Alirio Bervian, 65, também são denunciados por dano qualificado, formação de quadrilha, roubo, desobediência e perturbação do trabalho e sossego alheios, como informou o portal Repórter Brasil (25/6). Parte dos indiciados nem mesmo estava presente no evento *Xingu+23*.

As denúncias à ONU e à OEA apontam que foi negado acesso da defesa aos autos do inquérito, houve atribuição de atos a pessoas que não estavam no local, pedido de prisão de cidadãos com domicílio fixo e que não oferecem perigo à segurança pública, e, ainda, tentativa de tolher e criminalizar profissionais que documentavam o ocorrido, informou o *Repórter Brasil*. “Esperamos uma pronta resposta da CIDH e da ONU sobre esta tentativa clara de criminalizar os defensores de direitos humanos e do meio ambiente, que trabalham para proteger as comunidades afetadas por Belo Monte” disse Joelson Cavalcante, advogado da Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

RADIS ADVERTE

A 'RADIS' CHEGA GRATUITAMENTE PARA QUASE 80 MIL LEITORES.

É um prazer ter você nessa conversa!

Criatividade e perseverança, do Xingu para o mundo



Se a Rio+20 deixou a desejar, nos tímidos compromissos que os chefes de Estado e de governo assumiram, a sociedade civil mantém-se decidida e incansável para bradar contra o modelo de desenvolvimento vigente. Uma das mais criativas e contundentes iniciativas foi a realização do documentário *Belo Monte — Anúncio de uma guerra*, de André D’Elia, lançado via internet (17/6), em plena conferência. Um grupo formado por cineastas, economistas, advogados e comunicadores que, como definem no site do filme, “repudiam atitudes conformistas”, resolveu se reunir para denunciar uma obra que invade sem pedir licença o cotidiano das populações locais, ignorando os direitos de agricultores, indígenas e ribeirinhos, em especial, aqueles que vivem na cidade vizinha à obra, Altamira.

Projeto independente e coletivo, *Belo Monte — Anúncio de uma guerra* foi filmado durante três expedições à região do rio Xingu, reunindo impressionantes registros dos bastidores da obra da hidrelétrica e entrevistas que incluem

de lideranças indígenas, como o cacique Raoni a políticos locais favoráveis ao gigantesco empreendimento.

O exemplo de mobilização se deu justamente por conta da falta de dinheiro para a edição e finalização do filme. Para preservar a autonomia do filme, evitando vínculo com governo e empresas, e envolver o público na produção do documentário, o grupo lançou em novembro de 2011 uma campanha para promover um financiamento coletivo (conhecido como *crowdfunding*), com auxílio de uma plataforma específica via internet. Qualquer pessoa que questiona ou condena a obra da hidrelétrica pôde colaborar. Os interessados podiam assistir ao vídeo promocional, doar valores para a edição e finalização e receber contrapartidas como: créditos no filme e acesso antecipado ao conteúdo do filme.

Informações sobre o documentário e sua exibição na íntegra podem ser acessadas no site www.belomontefilme.org. Assista ao documentário também no site do Radis (www.ensp.fiocruz.br/radis).


Gênio homenageado

Uma merecida homenagem em âmbito mundial contempla o centenário (23/6) do inventor da computação, o inglês Alan Turing, que morreu precocemente, aos 41 anos, em 1954, por envenenamento. Suspeita-se que tenha cometido suicídio, pois, por ter se assumido homossexual, fora obrigado a se submeter a tratamentos com hormônios femininos, que visavam a sua *cura*, para não ser preso.

Em 1936, Turing criou uma máquina universal, capaz de executar diversas funções e tarefas, que é considerada essência da computação moderna e tornou-se conhecida mundialmente como Máquina de Turing. Ele não chegou a montar totalmente a máquina, mas as descrições encontradas em seus artigos provaram seu funcionamento. Na Segunda Guerra Mundial, Turing foi designado para comandar uma equipe de decifração de códigos, trabalhando em um projeto secreto, para decodificar todas as comunicações da Alemanha.

A morte em 1930 do amigo Christopher Morcom, que conheceu aos 16 anos e por quem se apaixonou, tem em parte relação com a trajetória

que seguiria. Movido pela vontade de continuar o legado intelectual do amigo, Turing aplicou-se nos estudos e atraiu os professores de Cambridge por seu raciocínio. Apesar de sua importância, Turing morreu desconhecido, e sua história só se propagou por conta de uma densa biografia escrita em 1983 pelo matemático Andrew Hodges.

Em homenagem a seu centenário, foi organizado um calendário internacional de eventos sob o título de 2012 — The Alan Turing Year, com palestras, exposições, conferências e outras atividades a serem realizadas durante o ano todo em países como Itália, Estados Unidos, Peru, Portugal, Israel e Brasil. 



Jornalismo Participação Memória

Programa Radis tem protagonismo na constituição do campo da Comunicação e Saúde, atua na preservação da história da saúde pública e consolida o Jornalismo como forma de comunicação mobilizadora

*Adriano De Lator, Bruno Dominguez e Elisa Batalha**

Ao olharmos para as três décadas de existência do Programa Radis de Comunicação e Saúde, completados em julho de 2012, é possível identificar que três grandes eixos pautam sua trajetória. Um eixo diz respeito ao jornalismo, que o Radis consolidou como forma privilegiada de comunicação. O Radis surgiu levando informação aos quatro cantos do país em um período de silêncio imposto pela ditadura militar. Após 1985, tornou-se difusor — e legitimador — do pensamento sanitário brasileiro e mensageiro da Reforma Sanitária (Radis 60). Dessa proposta inicial de informação para a democratização, foi, aos poucos, caminhando para a troca e a interlocução, propiciadas pelo jornalismo (ver matéria na página ao lado), o que caracteriza seu perfil, hoje. Nas palavras da pesquisadora do IciCT e da UFRJ Regina Marteleto, apontando aspectos em comum entre os estudos que realiza em processos infocomunicacionais e o trabalho do Radis: “Não estamos escrevendo em uma perspectiva unidirecional, mas para gerar o debate e a polêmica”.

A preservação da memória e da história do pensamento sanitário do país caracteriza um outro eixo, que se traduz no rico acervo que o Radis

reuniu, de reportagens publicadas na imprensa a respeito do tema e que é fonte de consulta de pesquisadores, bem como nos conteúdos das matérias de cada uma de suas publicações (*Súmula*, *Dados*, *Tema*, concebidas em 1981 e lançadas em julho de 1982, *Proposta*, em 1987, e revista *Radis*, em 2002, concentrando em uma só publicação o perfil das anteriores). “O contexto político dos anos 80 aparece ali, nas páginas, com toda a efervescência da redemocratização”, resume, referindo-se às primeiras edições, a pesquisadora Daniela Sophia, que integrou a equipe do Radis entre 2001 e 2003 e teve no acervo do programa um norteador de sua carreira e das pesquisas que realizou (ver matéria na pág. 12).

Um terceiro eixo, acadêmico, situa o Radis como agente importante na construção do campo da Comunicação e Saúde, desde o evento fundador desse debate, o Seminário Nacional de Comunicação Social e Saúde, realizado em 1989, na Universidade Federal de Minas Gerais (ver matéria na pág. 15), até o cotidiano de cursos e aulas que integrantes do programa ministram.

** Colaborou: Anna Carolina Düppre (estágio supervisionado)*

Credibilidade renova mediações

Muitas coisas mudaram no mundo desde que o Programa Radis foi criado. Entre avanços e novos (e antigos) desafios, o país retomou os trilhos da democracia, aprovou uma nova Constituição que garante a saúde como direito de todos e pavimentou o caminho para a construção de um sistema universal de saúde. As novas tecnologias abriram possibilidades inéditas para a comunicação e para a saúde. O uso disseminado de telefones celulares e da internet, por exemplo, modificou muito (e muito rápido) a maneira de o brasileiro se comunicar. Com tantas mudanças ao redor, o jornalismo também está se reinventando, inclusive dentro do Radis.

Qual o papel do jornalismo hoje? Que mudanças este novo mundo, dito globalizado, demanda daqueles que reportam acontecimentos para seu público leitor? A revista *Radis* aproveita a comemoração para analisar o papel do programa e refletir sobre sua trajetória, a partir das observações de teóricos e profissionais de Comunicação. Diante dos desafios, limitações e adaptações propostas, o Radis aposta em novos caminhos e algumas velhas práticas que reafirmam seu compromisso com o leitor e com a credibilidade.

Já em 1999, o jornalista e sociólogo espanhol, Ignacio Ramonet, decretava no livro *A tirania da comunicação* (Ed. Vozes) que os jornalistas estariam "em vias de extinção". Diretor do *Le Monde Diplomatique*, ele denunciava a precarização da profissão, principalmente em decorrência da abundância da informação e da industrialização dos processos de trabalho. O que inquietava Ramonet era a perda de função mediadora do profissional na chamada Sociedade da Informação. "O evento era virado pelo avesso pelo jornalista, que o verificava, o filtrava, o analisava, antes de transmiti-lo ao cidadão. A função do jornalista desapareceu", escreveu.

Com outras palavras, o professor Antônio Fausto Neto, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), defendeu ideia similar durante um seminário sobre midiatização na saúde (*Radis* 116). Ele disse observar mudanças na prática jornalística decorrentes da perda da centralidade dos meios de comunicação na sociedade e a diminuição do seu poder de mediação. A prática jornalística seria

possível, hoje, para todos os atores sociais, o que obrigaria uma renovação na postura de profissionais, também ameaçados pelo desaparecimento dos dispositivos legais da profissão. "A comunicação deixa de ser problema dos meios para ser problema da sociedade", precisou.

MEDIAÇÕES MODIFICADAS

Há quem discorde. Jornalista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Eduardo Meditsch questiona a suposta centralidade dos meios de comunicação na sociedade. Para ele, os mecanismos que movem a sociedade trabalham à margem, quase sempre à sombra dos meios: "É o caso do mercado, do poder econômico e de seu domínio crescente sobre todas as instituições, inclusive sobre o poder político, na medida em que se intensifica a acumulação capitalista", observa.

Ele cita como exemplo o poder exercido pelas grandes corporações farmacêuticas, de equipamentos e de serviços na área da Saúde, limitando horizontes de atuação dos profissionais e de grande parte da pesquisa da área. "Isso não aparece na mídia, assim como o cotidiano dos profissionais, mas afeta cada vez mais a saúde coletiva e dos indivíduos", aponta. Meditsch acredita que há certo deslumbramento com o conceito de midiatização, capaz de abrir novas possibilidades teóricas em relação à internet, mas pouco efetivo quando utilizado para explicar sua prática. Ele acredita que a mediação do jornalismo continuará necessária, "ainda que adaptada a um novo contexto".

Mesmo reconhecendo a abertura para a participação de quase todos na produção de informação, há pré-requisitos de que os leigos não dispõem como tempo para se dedicar ao exercício da reportagem, acesso aos entrevistados, além de "treinamento teórico e técnico necessário para

"O trabalho de vocês é maravilhoso, educativo e informativo. Havia muitas coisas sobre saúde que eu nem sabia que existiam e agora posso conversar e até explicar para as pessoas".

Patrícia Merlo, auxiliar de enfermagem, leitora, Brusque, SC (agosto/2002)



A história do Radis pelo Radis

Duas edições da 'Radis', a nº 60, comemorativa dos 25 anos do programa, e a nº 100, que traz a história da revista; a edição nº 20 do jornal 'Proposta', com matéria em homenagem à marca das cem edições das publicações anteriores, atingida em 1991; página do jornal da Asfoc traz entrevista que homenageia os 20 anos do Programa Radis, em 2002



FOTO: ROGERIO LANNES

Muniz: comunicação eletrônica e internet põem em crise identidade do jornalista como mediador

garimpar informações, selecioná-las, testá-las, avalizá-las e apresentá-las em tempo hábil para o público de maneira atrativa, que é o que faz o bom jornalismo”.

MEDIAÇÕES TÉCNICAS

Em entrevista à *Radis*, Muniz Sodré, professor emérito da UFRJ, considerou que o que há é uma mudança na natureza da mediação. Para ele, o jornalista sempre foi um mediador entre o público e o poder, entre o público e o global, mas essa mediação, antes realizada por pessoas, é hoje feita por máquinas. “Entre mim e você, na internet, há uma mediação, como há no caso do telefone. É uma interação de natureza técnica”. Ele acredita que a internet e a comunicação eletrônica vieram pôr em crise a identidade do jornalista como mediador, já que as máquinas entraram no jogo da mediação.

Para ele, vivemos em uma sociedade de objetos, interagindo com máquinas, seja ao respeitarmos um sinal de trânsito, seja ao nos submetemos a um procedimento médico. É preciso pensá-las, portanto, como parceiras. “Não adianta ter preconceitos com relação a isso. A maior experiência que temos com o mundo, a experiência do eu, não é com um interlocutor, mas sim com os objetos”.

Muniz considera que essa mediação técnica questiona a figura do mediador, mas não a mediação. Prova disso é o ainda válido pacto de credibilidade firmado entre o leitor e o jornalista.

Sem o aval deste “narrador do cotidiano” — ou a instituição que representa — a notícia não tem credibilidade, caso das informações que circulam na internet ou nas chamadas redes sociais. Ele acredita que o jornalismo enfrenta outros desafios, para além da credibilidade, que são a saturação e a superficialidade das informações que circulam.

Meditsch concorda: informação é poder, afirma, salientando que não é possível exercer a cidadania de maneira eficaz sem informação confiável para embasar a atuação social. Numa sociedade que se move em crescente velocidade, dar acesso

público a informação confiável é estratégico para a democratização de todos os setores sociais, inclusive da área da saúde.

MEDIAÇÕES URGENTES

Eduardo Meditsch também observa outros desafios resultantes da midiatização para o jornalismo. Eles estão relacionados ao impacto sobre o financiamento da atividade e seu público: por um lado, a audiência se fragmentou diante de tanta oferta de conteúdo; por outro, as verbas de publicidade não se concentram mais nos meios jornalísticos. Há também outro problema, indica o professor: o concreto envelhecimento do público, que atinge igualmente o jornalismo em todas as mídias.

Seja nos sites, nos impressos, no rádio ou na TV, o público dos jornalísticos está acima dos 40 anos, o que para Meditsch diminui o seu impacto na sociedade. As informações ou não chegam aos segmentos mais jovens ou chegam por meio de outras mediações. “Atribuo esse envelhecimento do público à incapacidade que o jornalismo tem tido para se renovar”, acredita. Segundo ele, parte do problema está na prática de setorizar o mundo em editorias, direcionando a política para políticos, a economia para empresários, e assim por diante. “O jornalismo, como instituição, tem que reencontrar as pessoas, ou pode morrer de velho. E essa possibilidade representa um perigo real para o futuro da democracia”, alerta.

MEDIAÇÕES COMPARTILHADAS

Muniz orienta que, no caso de publicações especializadas, geralmente a informação jornalística “pula” a etapa técnica, já que ao grande público interessa apenas saber das descobertas e resultados atingidos. Em se tratando da revista *Radis*, há um diferencial: como aborda políticas públicas de saúde, também construídas com a participação do controle social, ela vai formando um núcleo de especialistas entre seus leitores. É alguém



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Meditsch: mediação do jornalismo continua necessária, ainda que adaptada a um novo contexto

“Nunca deixei de me sentir um pouco *Radis*”

Janine Cardoso, pesquisadora do Iciict/Fiocruz, ex-integrante da equipe do *Radis*, usou acervo em sua tese de doutorado recém-defendida

que não tem conhecimento técnico para fabricar uma vacina, por exemplo, mas é capaz de pressionar o governo ou outros meios de comunicação sobre a sua importância. “Para mim, quem lê essa revista é um subespecialista, um parceiro, e não um leitor comum”.

Radis investe, de fato, nessa parceria. “O protagonismo do leitor e das redes sociais como coprodutores de informação está na base do nosso jornalismo”, aponta o jornalista Rogério Lannes, coordenador do Programa Radis. Ele ressalva que se refere às “verdadeiras redes sociais”, aquelas que reúnem pessoas e território, e não às ferramentas tecnológicas que as sustentam no mundo virtual. A opção por esse caminho, indica Rogério, coloca o programa um passo à frente do mundo contemporâneo, já que a sintonia não é com a tecnologia, mas sim com os indivíduos.

Assim como a perda do fascínio pelo poder do impresso foi importante na configuração da sua matriz jornalística entrar no mundo midiático sem estar fascinado por ele traz benefícios, assegura. “Já envolvido com a esfera midiática, o Radis tem o papel singular de renovar a função mediadora, trabalhando fato e opinião com credibilidade, conquistada e mantida graças ao nome e ao sobrenome que carrega”, afirma. Em um espaço onde ninguém sabe quem é quem, adverte, o programa traz consigo suas três décadas, o nome da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), o de

Sérgio Arouca, o da Fundação que o ampara e do próprio Oswaldo Cruz, além dos 77 mil assinantes da revista *Radis*.

O compromisso com os leitores e com a defesa de um sistema de saúde universal, equânime e integral que continua pautando o jornalismo que se faz no Programa Radis. Essa coprodução, enriquecida pela participação de cidadãos, grupos e instituições dos mais variados segmentos, tem apontado caminhos e ampliado o debate.

Avanços e desafios vivenciados hoje pelo país aparecem nas discussões travadas nas páginas da *Radis*: a crítica ao modelo de desenvolvimento e suas consequências para a saúde humana; a discussão sobre os determinantes sociais da saúde e sua estreita ligação com a equidade e o contraste entre a invisibilidade dos grupos minoritários e os visíveis problemas decorrentes de sua condição. Esses temas são hoje levados às páginas da *Radis* por uma equipe de experientes jornalistas e designers, que associam formação prática e acadêmica e que trabalham de forma reflexiva, pautados pela ideia de que saúde e comunicação somente se constroem quando levam em consideração os indivíduos, seus projetos, seus contextos e seus sonhos. (Adriano De Lavor)

Graças à contribuição da revista, descobri várias novas fontes de pesquisa. Obrigada por disponibilizarem esse material de tamanha qualidade e atualização.

Súsi Barcelos e Lima, leitora, por e-mail (maio/2003)

Espaço mobilizado pelo leitor

Ao contrário do que o leitor possa imaginar, a atividade jornalística não estava prevista quando o Programa Radis foi criado, em 1982. “Quem introduziu o jornalismo no Radis foi o sanitarista Sérgio Arouca, para ampliar o universo com o qual o programa se comunicava”, conta o coordenador Rogério Lannes, referindo-se ao sanitarista que foi presidente da Fiocruz entre 1985 e 1989. Ele lembra que a atividade desenvolvida pela primeira equipe de profissionais de comunicação do Radis, articulada entre 1981 e 1982 pelo economista Sérgio Góis, se aproximava mais daquilo que se nomeia hoje como *observatório*.

A prática de reunir e analisar o trabalho dos grandes jornais era comum entre as organizações sociais que atuavam naquela época, como Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser). O que todas faziam, no entanto, também não priorizava a linguagem e a dinâmica de apuração próprias do jornalismo, sustenta Rogério. O conceito que regia o trabalho do Radis era o de acesso e difusão da informação. Eram tempos anteriores à internet, quando mesmo os jornais que se definiam nacionais não circulavam por todo o país. Muita gente não tinha acesso às notícias, seja por falta de dinheiro para comprar jornal, seja por morar fora dos grandes centros onde os jornais circulavam.

Os profissionais do Radis seguiam, literalmente, os preceitos que formaram o nome do programa (**reunião, análise, difusão de informação sobre saúde**), com a expectativa de que, bem informada, a população se

organizaria melhor. O trabalho aí já representava uma mediação: as informações difundidas partiam de uma seleção prévia das matérias publicadas nos jornais.

A despeito de uma mudança no perfil de atuação da própria equipe — o cientista político César Benjamin, o economista Paulo Passarinho, o administrador Sérgio Portella e o jornalista Gustavo Barbosa já atuavam como comunicadores na prática —, o jornalismo se estabeleceu como atividade precípua do Radis a partir de 1985, quando Arouca e a então coordenadora, Célia Almeida, acordaram que o programa optaria por um formato jornalístico em suas publicações, de maneira a atingir

Rogério: modelo de comunicação que interessa ao Radis e ao SUS é dialógico e multidirecional

FOTO: MARINA BOECHAT





As edições nº 1 das publicações do Radis: 'Súmula', 'Dados' e 'Tema', de 1982, 'Jornal Proposta', de 1987, sua continuação, o 'Jornal do Radis', de 1994, e a revista 'Radis', de 2002

número cada vez maior de pessoas da sociedade civil. A decisão acompanhava as modificações no cenário político, em tempos de redemocratização: José Sarney tomava posse como primeiro presidente pós-ditadura à frente de um governo de composição conformado por Tancredo Neves, que tentava instaurar o clima de nova República e ensaiava uma aproximação com os movimentos sociais.

Embora a Nova República tenha se mostrado conservadora no que diz respeito à democratização das comunicações, abriu espaço para certa autonomia na área da Saúde, o que permitiu que o movimento sanitário avançasse, inclusive com a nomeação de Arouca para a presidência da Fiocruz, ele mesmo um legítimo defensor da comunicação a serviço da Reforma Sanitária. "Ganhou força na área da saúde a ideia de informação para a democratização", situa Rogério.

Em 1987, com a contratação dos jornalistas Álvaro Nascimento, Marcus Barros Pinto e do próprio Rogério, egressos de jornais de grande circulação, o Radis foi incorporando a lógica do jornalismo e deixando de lado o perfil acadêmico da educação continuada. "A linguagem e o modo de produção jornalísticos se adaptaram melhor à nova função que se colocava para o programa, que a era de interlocução com a sociedade", define Rogério.

HERANÇA TRIPLA

A matriz jornalística adotada pelo Programa Radis em suas publicações é uma herança tripla, explica Rogério. Em primeiro lugar, é descendente do jornalismo independente e investigativo já praticado por parte da imprensa, em especial nas redações do extinto *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* em sua, também extinta, versão impressa. A crítica e a irreverência, também integrantes do perfil do Radis, foram herdadas da imprensa alternativa da década de 1970 no país, muito utilizada por jornais como *Pasquim*, *Movimento* e *Opinião*, como recurso para tratar temas proibidos. Contribuíram para dar esse tom o estilo leve do texto de Marcus Barros Pinto e o humor do cartunista Caco Xavier. Do Movimento Sanitário e da edição engajada de Álvaro Nascimento, o Radis incorporou seu potencial mobilizador. "A imprensa independente

era conscientizadora, reflexiva, mas não necessariamente mobilizadora", explica Rogério.

Ele cita como marco deste compromisso a atuação do jornal *Proposta* durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. O jornal noticiava antecipadamente o que ainda seria votado, acompanhava as reuniões do movimento e informava resultados numa velocidade que não era usual na mídia setorial, permitindo a intervenção e pressão dos movimentos sociais no Congresso. O Radis também reafirmava seu compromisso com o conceito ampliado de saúde, publicando matérias sobre seguridade social, educação e reforma agrária.

MAIS ESPAÇO PARA O LEITOR

O que se fez, de lá para cá, foi aperfeiçoar a matriz. Durante os anos 1990, lideranças da saúde se pulverizaram em movimentos localizados ou ocupando cargos de gestão e direção no SUS. O momento trouxe questionamentos ao programa, no que diz respeito às características de uma publicação impressa — unilateralidade da comunicação e modelo de difusão de informação. A estratégia foi abrir mais espaço para o leitor e suas redes.

Rogério considera que um símbolo da mudança na postura se deu na cobertura da 11ª Conferência Nacional de Saúde, quando a edição nº 20 da revista Tema deu voz aos delegados para que verbalizassem defesas e divergências. Depois de ensinar, informar e mobilizar, a estratégia era se comunicar com o leitor. "Já havia, naquele momento, consciência de que o modelo de comunicação que nos interessa e interessa ao SUS é mais dialógico, mais participativo, mais multidirecional", diz Rogério.

O desafio — posto ainda hoje — é buscar superar um modelo que é, por definição, transmissional. Para isso, o Radis conta com a coparticipação do leitor e dos segmentos da Saúde como propositores de pauta, como analistas e como fontes, mas, sobretudo, como protagonistas das matérias. Pesquisadores, políticos, ativistas, gestores e planejadores passaram a dividir o espaço com os demais cidadãos; usuários deixaram de ser tratados como alvo da informação para se tornarem sujeitos de fala. "As matérias hoje são mais equilibradas em relação aos pólos de poder", resume Rogério. (A.D.L)

História, usos e preservação da memória da saúde pública

Com uma produção extensa e diversa de publicações impressas ao longo de sua trajetória, o Programa acumulou nesses 30 anos um acervo físico importante para contar um trecho da história da saúde pública no país. O setor de Documentação do Radis guarda coleções completas e exemplares excedentes e devolvidos das publicações do próprio programa, revistas e livros recebidos de outras instituições e fotografias (além de negativos e contatos), e mantém uma hemeroteca (coleção de recortes de jornais) com mais de 245 mil matérias publicadas na imprensa no período de 1982 a 2012. Como parte das comemorações dos 30 anos, esse material

está sendo, agora, digitalizado, sonho antigo do programa.

O acervo da hemeroteca dos primeiros anos é fruto do paciente trabalho de leitura e seleção atentas e recorte manual dos jornais — trabalho conhecido no meio jornalístico como *clipping* — para extrair dados sobre saúde e condições de vida em um contexto histórico em que a informação ainda encontrava obstáculos tecnológicos e até políticos para circular. Ao manusear as folhas amareladas, do que se convencionou chamar no Radis de Banco de Notícias, o que chama a atenção é a diversidade de temas. Encontram-se ali muitas matérias sobre valor e poder aquisitivo do salário mínimo, políticas

de habitação e saneamento, enfim, uma mostra do olhar ampliado sobre a saúde que o Radis sempre manteve e do que são considerados determinantes sociais da saúde. “Já havia no Radis essa perspectiva de que saúde não era só uma questão de ausência ou não de doença. A percepção era mais ampla, e tentávamos dar conta de outras questões como a das migrações, por exemplo”, conta Janine Miranda Cardoso, pesquisadora do Icict/Fiocruz, que trabalhou como estagiária no programa, dedicada aos recortes de notícias, entre 1981 e 1983.

INFORMAÇÃO PRÉ-INTERNET

A então estudante de Ciências Sociais conta que as informações extraídas dos recortes alimentavam a *Súmula*, publicação que na sua origem era dirigida para profissionais de regiões rurais e cidades do interior, que não tinham acesso à mídia numa era pré-internet. “Brincávamos que era feita para o sanitarista de Patos”, lembra Janine, referindo-se àquele hipotético profissional isolado em um pequeno município do país, como esse, localizado no Piauí. “O projeto era pensado a partir da saúde coletiva. Discutíamos e problematizávamos as notícias do momento. Eram economistas, sociólogos... No início não havia essa marca do jornalismo. A periodicidade, por exemplo era muito instável”, relembra. “Às vezes, ficávamos à deriva, sem financiamento, porque a verba vinha de projetos, e a luta era cotidiana para emplacar uma edição e dar alguma periodicidade”, recorda-se, ainda, referindo-se às publicações do programa Radis, que hoje constam do acervo.

Depois de morar fora do Rio de Janeiro, Janine retornou ao Radis em 1987. “Os tempos já haviam mudado, com [o sanitarista Sérgio] Arouca na presidência da Fiocruz, o programa tornou-se estratégico”, conta ela, que trabalhou posteriormente na ampliação do cadastro de assinantes da revista, que saiu de uma tiragem de 3 mil para 40 mil assinantes, nos anos 1990. “Buscávamos incluir pessoas ligadas aos movimentos sociais e compatibilizar o cadastro com o das listas das conferências de saúde de todo o país”, conta ela.

REIMPRESSÕES, CONSULTA E DIGITALIZAÇÃO

Janine utilizou o material do acervo Radis para a sua pesquisa de doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola da Comunicação da UFRJ, defendida este ano, sobre a cobertura das epidemias de dengue no *Jornal Nacional*, telejornal da Rede Globo, durante três períodos, entre 1986 e 2008. “Foram 30 anos de mudança no jornalismo e nas epidemias. A hemeroteca foi muito útil porque precisei contextualizar o período até 1991”, relata a pesquisadora, que consultou a coleção de publicações *Súmula* sobre a fala dos especialistas em relação à doença. As publicações do Radis entram como parte do *corpus* da pesquisa, são analisadas por seu conteúdo, especialmente, a fala dos especialistas. “Citei o Radis nos agradecimentos da minha tese”, menciona a pesquisadora, que considera o programa marcante na sua formação. “Nunca deixei de me sentir um pouco Radis”, declarou.

A *Súmula* sobre dengue publicada em 1987 é considerada pelo arquivista Jorge Ricardo Diniz, do setor de Documentação do Radis, como uma edição histórica. A publicação ganhou reimpressão, tamanha a procura. “Pela forma pioneira e aprofundada com



FOTO: MARINA BOECHAT

que os temas são tratados, as publicações têm impacto e permanência e, às vezes, até cinco ou seis anos depois os pesquisadores vêm atrás de números antigos”, relata ele, mencionando também a revista *Tema* sobre Vigilância Sanitária (nº 23) como uma edição muito requisitada do acervo.

Se hoje o Radis dispõe de setor de Documentação próprio, responsável por preservar, organizar e tornar o material disponível para consulta a pesquisadores de diferentes áreas, nem sempre foi assim. Quando Jorge entrou para o programa, em 2002, encontrou “um emaranhado de estantes e caixas de papelão”, com duplicatas (exemplares devolvidos, sobras) e o *clipping* produzido pelo Radis ao longo de 20 anos. Apesar da desorganização da papelada, havia ali um potencial enorme de disseminação das informações tanto na coleção de publicações quanto na hemeroteca. A primeira solução pensada, “até para liberar espaço”, foi digitalizar as publicações. Em 2004, foi lançada a coletânea *Radis 20 anos*, reunindo em CD, com tiragem de 2 mil exemplares, todas as edições de *Súmula*, *Tema*, *Dados*, *Proposta* e *Jornal do Radis*, indexadas por mecanismo de busca especial. Duas outras edições do material se seguiram, em 2007 e em 2012. Esta última, com 8 mil exemplares, contemplará todos os 5 mil conselhos municipais de Saúde. A coletânea foi distribuída às coordenações dos programas de pós-graduação listados na Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), para as bibliotecas biomédicas do Estado

Jorge, da Documentação: clipping terceirizado gerou redução visível do espectro de assuntos ligados à saúde

“Não imagino reconstruir a história da saúde pública sem o acervo do Radis”

Daniela Sophia, pesquisadora do Museu de Astronomia, ex-pesquisadora da Ensp/Fiocruz e ex-integrante da equipe do Radis



‘Súmula’ nº 87, de 2002: edição especial sobre a dengue requisitada e reimpressa; ‘Tema’ nº 20, de 2001: voz aos delegados da 11ª Conferência Nacional de Saúde

do Rio de Janeiro, bem como para a Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas/OMS), além das bibliotecas das unidades da Fiocruz. Pesquisadores, estudantes e usuários dos acervos do Radis também vêm sendo atendidos. Já a revista *Radis* também teve digitalizado em DVD o conteúdo de suas 100 primeiras edições, também a serem distribuídos a partir deste mês. Tanto o conteúdo da coletânea 20 anos quanto o das edições da *Radis* estão disponíveis no site do Radis (www.ensp.fiocruz.br).

Para Jorge, a característica singular do material sob sua responsabilidade é a especificidade com que se lida com a questão da saúde, a partir de uma visão ampliada. “Aqui se recuperam no mesmo lugar matérias sobre saúde de muitos veículos de um longo período”. Para ele, é importante a digitalização da hemeroteca. “O peso e a importância tendem a diminuir sem a digitalização, porque ficamos restritos à consulta local. As pessoas de determinadas áreas e, das novas gerações, não têm sequer experiência em folhear, manusear o acervo físico”, observa.

A hemeroteca do Radis foi pioneira na Fiocruz e talvez permaneça singular no país. A Coordenadoria

de Comunicação Social da Fiocruz (CCS) utilizava esse banco de notícias. O Radis continuou fazendo o *clipping* oficial para a instituição até o início dos anos 1990. Essa década, aliás, é apontada como período difícil para o programa. Primeiro, houve uma paralisação da seleção de notícias, pela suspensão de todas as assinaturas de jornais e revistas, pelo governo Collor. Depois, o *clipping* passou a ser feito por empresa terceirizada pela CCS, e isso se refletiu no perfil das notícias selecionadas, “com uma redução visível do espectro de assuntos”, como aponta Jorge Ricardo. “Questões relacionadas a condições de vida, como indicadores econômicos, deixam de aparecer”, conta.

PIONEIRISMO E DIFICULDADES

Rogério Lannes, que coordena o programa desde 2001, relembra outras dificuldades enfrentadas. “O Radis demorou 22 anos para ter uma máquina fotográfica. Mesmo assim, temos um acervo icônográfico com fotos produzidas eventualmente em viagens, quando conseguíamos contratar fotógrafos *freelancers* ou utilizar as câmeras pessoais, ou ainda fotos cedidas, emprestadas “e nem sempre devolvidas”, como confessa. Dessa maneira um tanto brancaleônica, foi possível reunir um material que registra momentos determinantes da história da saúde, como a Constituinte, a descentralização para os estados, o processo de municipalização, os Congressos de saúde pública e as conferências.

O acervo do Radis conta ainda com livros e periódicos de instituições externas e de unidades da Fiocruz, que vêm sendo reunidos ao longo desses trinta anos e que passarão por novo processo de catalogação, assim que estiver concluída a nova política de seleção de material, em fase de elaboração. A seleção deverá obedecer a critérios como temática, relevância e disponibilidade de acesso. “A ideia é deixar no acervo somente publicações que não sejam encontradas nas bibliotecas da Fiocruz ou acessadas via internet”, explica a bibliotecária Sandra Benigno, também do setor de Documentação do Radis.

Todo esse material é obtido a partir de permutas com instituições e editoras, que enviam suas publicações e recebem a revista *Radis*. “Aqueles que não se mantiverem no acervo do Radis serão oferecidas a outras bibliotecas”, diz Sandra.

A memória é uma construção, feita também de silenciamentos e exclusões. Por isso, ao pensar em tudo que o Radis guarda, Rogério lembra ainda do que não foi possível guardar. Um acervo de áudio é considerado uma ausência importante. “Ótimas entrevistas com personagens da Reforma Sanitária e da Constituinte foram perdidos porque, com poucos recursos, precisávamos reaproveitar as fitas cassete, gravando por cima do material”, relata, citando uma das que mais lamenta, a última realizada com Sergio Arouca, concedida justamente à equipe do Radis. Nem as fotos registrando a entrevista sobreviveram, conta, porque foram tiradas em máquina de familiares de um integrante da equipe, que teve o filme velado.

Para Rogério, a preservação desses acervos pode atender a finalidades inesperadas. “Com as nossas necessidades instrumentais internas, a gente não esgota os usos que o acervo pode ter. Pode servir para pesquisas biográficas, construção da história da

Janine: busca no acervo do Radis para situar mudanças ocorridas no jornalismo e nas epidemias



FOTO: SERGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

Regina: acervo para ser preservado precisa ser usado, se não vira dispositivo de informação inerte



FOTO: LUCAS PELEGRINETI GRINSZPAN

Daniela: “só temos dimensão de todo o processo de formação do SUS porque existe registro”



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

cidadania, cartografia dos movimentos políticos, e até para usos estéticos e artísticos, como exposições”, lista ele, lembrando as fotos de crianças indígenas da etnia baré produzidas para reportagem da revista *Radis* (nº 80) sobre formação de agentes de saúde indígena, que, em abril de 2011, foram selecionadas para exibição no 1º Festival *Théo Brandão de Fotografias e Filmes Etnográficos*, em Maceió, tendo uma delas recebido o prêmio principal (*Radis* 106). “Ainda na fase de produção de nossas reportagens, elas podem ter uma permanência maior, ser usadas em salas de aula, enfim, temos em mente que estamos registrando memória e o caráter de utilidade pública dessa atividade”, ressalta Rogério.

A jornalista Daniela Carvalho Sophia, que trabalhou no *Radis* de 2001 a 2003, dá outro bom exemplo de uso do material do acervo para pesquisa acadêmica. Ela fez seu doutorado em História da Ciência na Casa de Oswaldo Cruz (COC), reconstruindo a história do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), no período de 1976 a 1986. As publicações do programa figuram entre as mais importantes fontes bibliográficas de sua pesquisa. “Usei o acervo de publicações do *Radis* como fonte primária, para reconstruir toda a *cozinha* da política, o processo de formação, os debates, as diferentes propostas. Para tratar da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que é assunto do último capítulo inteiro da minha tese, o acervo foi fundamental, especialmente o *Jornal Proposta*.”, relata.

USAR PARA DAR SENTIDO

Daniela lembra que a produção editorial do *Radis* — que reunia, além do *Jornal Proposta* e da *Súmula*, as publicações *Tema* e *Dados* — recebeu, em 2002, cinco dos sete primeiros lugares no *Prêmio Opas de Jornalismo em Saúde*, comemorativo dos 100 anos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), concorrendo com jornais de grande circulação da mídia comercial. “O SUS não nasceu do nada, e você só tem dimensão do seu processo de formação, porque tem o registro”, diz Daniela, que destaca as ações de ampliação do acesso da população à saúde pública, como o Programa de Interiorização, as Ações Integradas de Saúde e a história do precursor do SUS, o SUDS, como processos históricos amplamente registrados, debatidos e documentados pelo *Radis*. Para ela, o programa funciona como um observatório de políticas públicas. “Não imagino reconstruir a história da saúde pública sem o acervo do *Radis*”, afirma.

Para a pesquisadora Regina Marteleto, coordenadora do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais e professora dos Programas de Pós-Graduação do Ict/Fiocruz e do Ibict/UFRJ, a informação contida em um acervo precisa estar associada a um processo de apropriação. “Apropriação é usar para dar sentido. A informação é qualquer evento que alimenta os sistemas de registro, é fator de ordenação e estabilidade. A informação cria, registra, forma uma coleção e tem permanência no sentido em que é apropriada”.

Para Regina, é importante pensar em transformar as formas de acesso aos acervos como o do *Radis*, empregando as tecnologias de informação e comunicação, de maneira a permitir um diálogo, para além da simples consulta. “É importante partir para uma perspectiva interativa, uma plataforma técnica que permita interação como o material, sem perder de vista a preservação, a permanência física”, observa. “Todo acervo, para ser preservado, precisa ser usado, para não se transformar em um dispositivo de informação inerte”, analisa Regina, que considera as coletâneas das publicações do *Radis* em CD e DVD também um acervo importante.

Ela utilizou o *Radis* em oficinas com públicos-alvo específicos e para alimentar o banco de dados que deu origem a diferentes trabalhos que realizou, como o *Almanaque da Dengue*, o *Fanzine da Violência* e o *Almanaque do Agente Comunitário em Saúde* (este último em processo de conclusão). “Por ter matérias e sessões curtas, *up to date* e ir direto ao ponto, e sempre atenta aos desdobramentos, a revista *Radis* foi muito utilizada”, conta ela, que também teve a hemeroteca como fonte para consulta. Regina destacou ainda que a perspectiva dialógica da comunicação e a interdisciplinaridade são pontos de contato do trabalho do *Radis* com o que ela desenvolve como pesquisadora. “Meu trabalho e o do *Radis* têm muitas aproximações. Não estamos escrevendo em uma perspectiva unidirecional, mas para gerar o debate e a polêmica. Buscamos estabelecer a comunicação, e não simplesmente passar a informação”. (*Elisa Batalha*)

“Parabéns pela última edição da ‘Radis’. As páginas sobre a 12ª Conferência Nacional de Saúde serão encaminhadas a todos os municípios e incluídas como material de referência para as etapas municipais...”

Flávio Magajewski, SES/Santa Catarina, leitor, Florianópolis, SC, (setembro/2003)

Presença no nascer de um campo

O campo da Comunicação e Saúde começou a dar mostra de sua existência e a se delinear a partir do Seminário Nacional de Comunicação Social em Saúde, realizado em 1989, na Universidade Federal de Minas Gerais, promovido pela Fundação Ezequiel Dias (Funed) com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O *Radis*, que já transitava entre a Comunicação e a Saúde para pôr em prática suas propostas, foi convidado a participar desse evento fundador. Até aquele momento, havia pouca conexão entre jornalistas e acadêmicos e não se tinham notícias de pesquisas sobre o tema.

“Esse encontro é considerado o marco inicial do processo de discussão teórica e política da Comunicação e Saúde, tendo permitido a articulação de pessoas antes isoladas interessadas nessa questão”, atesta Áurea Rocha Pitta, assessora técnica da Fiocruz, apontada como uma das fundadoras do campo. Entre essas pessoas, relembra Áurea, pode-se destacar um grupo de jornalistas da Fiocruz, que incluía o atual coordenador do Programa *Radis*, Rogério Lannes, e o pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Álvaro Nascimento.

Áurea: o modelo de comunicação centralizado e fragmentado desafiava com uma política universal de saúde



“O Radis esteve presente em todas as discussões de formação do campo, pois sempre nucleou jornalistas com militância na discussão sobre comunicação e saúde, vinculada a um projeto político transformador para saúde e também para a comunicação”, comenta.

O convite feito aos jornalistas da Fiocruz pelo organizador do seminário, José Marcio Barros, da Escola de Saúde da UFMG, para participar do evento resultou de entendimento de que já vinham se dedicando a uma reflexão sobre o tema, relata Rogério. Nos anos 80, o estranhamento mútuo — dos jornalistas com a lógica científica da instituição à qual estavam vinculados e dos pesquisadores com a lógica do jornalismo — levou a busca de um denominador comum em nome da apropriação pela população de temas de saúde.

Quando o estranhamento não ocorria com a academia e a pesquisa, dava-se com os próprios gestores. Os jornalistas se ressentiam, por exemplo, do fato de a comunicação ser vista como uma atividade promocional de pessoas ou da instituição. “Já havia uma aliança forte entre os comunicadores da Fiocruz para serem incluídos na construção dos processos, em vez de terem apenas a responsabilidade pela divulgação final”, diz. “Buscávamos atuar sobre a realidade, e não apenas falar sobre algo que já havia acontecido”.

O seminário fez com que essas pessoas passassem a ser reconhecidas e convidadas para encontros semelhantes. Foi ali que se encontraram nomes que ajudariam a constituir o campo, como Fernando Lefèvre, Teresa Marques da Silva, Eymar Mourão Vasconcelos, Janine Cardoso, entre outros, diz Áurea. O então coordenador do Radis, Ary Miranda, mediu uma importante oficina, em que a pesquisadora Rita Barata Barradas apresentou o incrível caso da epidemia de meningite, que a ditadura militar escondeu da população, em 1974, e, a seguir, simulou sua existência, para que a população se motivasse a ser vacinada, uma vez que havia sido adquirido o produto. Além disso, o Radis esteve também representado, por Rogério Lannes, na mesa de encerramento.

Pouco depois do seminário, durante o governo Collor, as ações de comunicação que a Fiocruz vinha promovendo correram risco de desmantelamento.

“O então ministro da Saúde, Alcení Guerra, pediu uma investigação para saber por que a instituição tinha tantos jornalistas, o que ele considerava uma aberração”, conta Rogério. Enquanto o ministro imaginava que deveria haver um ou dois jornalistas para fazer a assessoria de imprensa da direção, havia cerca de 20, integrados a equipes multiprofissionais, engajados no projeto de transformação do sistema de saúde.

MUDANÇAS NO MODELO

No lugar do desmantelamento, houve ao contrário o fortalecimento da articulação dos comunicadores da Fiocruz. Áurea, Álvaro, Rogério, Janine e Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes, entre outros nomes, se reuniram para escrever um documento endereçado ao ministro que, para Rogério, representou um libelo da importância da comunicação para a saúde.

O texto defendia a inclusão de comunicadores em equipes multiprofissionais de saúde, em vez de limitar sua atuação à assessoria de imprensa. “Foi um momento unificador na Fiocruz e um reforço da liderança da instituição no processo de reflexão da Comunicação e Saúde”, comenta Rogério. “Nos posicionamos, de modo militante, num embate político, falando em mudanças possíveis na política de comunicação do então SUDS, que deveria ter coerência com as palavras de ordem da 8ª Conferência: descentralização e democracia”, lembra Áurea.

Houve, por exemplo, assembleia realizada pela Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), em que a defesa da contribuição dos jornalistas ao processo multidisciplinar, em discursos entusiasmados de Sergio Arouca, era aclamada pelo conjunto dos servidores reunidos no castelo mourisco.

Faltava, porém, formação acadêmica, “estofo”, nas palavras de Áurea: havia uma grande angústia de alguma coisa a se discutir, mas sem um embasamento teórico. Ela aponta como principal alvo de crítica à época o autoritarismo: a produção de campanhas de comunicação centralizadas, nos moldes das dos anos 1930, em um momento em que o país discutia a descentralização da atenção. “O modelo centralizado e fragmentado de comunicação desafiava com a implantação de uma política universal, descentralizada e participativa para a saúde, bem como com o conceito ampliado de saúde proposto pela conferência”, recorda.

Quando à frente do que viria a ser a VídeoSaúde Distribuidora, Áurea lembra que a equipe do Núcleo de Vídeos do então CICT organizou a 1ª Mostra de Vídeos da Fundação Oswaldo Cruz, para retomar a discussão do seminário de Minas Gerais, em mesa redonda que contou com representação do Nutes/UFRJ. E, nesse período, os profissionais de comunicação da instituição começaram a aprofundar sua formação acadêmica — Áurea, que era bióloga e radialista, no curso Internacional de Planejamento da Ensp/Fiocruz, em 1990. A partir daí, organizou, com Homero Teixeira, jornalista e cineasta, e Janine Cardoso, o primeiro Curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde, promovido pelo Núcleo de Estudos e Projetos do Núcleo de Vídeo do Cict, com apoio da Ensp/Fiocruz.

Rogério Lannes foi ouvinte da primeira turma, ministrou aulas em outras e e retornou como

“Conheço vocês desde 1998 e (...) quero agradecer todo o apoio que me deram durante esses anos. Foi por causa de vocês que me apaixonei pela saúde pública e tudo o que se refere a ela (...)”.

Rejane Pimentel, leitora, Belém, PA (abril/2004)

aluno regular pouco depois. “Esses cursos reuniram textos da área e conseguiram alargar o grupo que participava da discussão, trazendo professores de Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Salvador, por exemplo”, destaca Rogério. Os alunos também eram provenientes de várias partes do país: Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais.

A ampliação dessa discussão também foi consequência da criação do Grupo de Trabalho de Comunicação e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), cujo embrião foi um encontro informal no Abrasco de 1992 — que ainda não discutia o tema da comunicação. Uma roda de conversa, formada por Áurea, Janine, Wilma Madeira, Fernando Lefevre e Teresinha Marques da Silva, entre outros, deixou visível o interesse pela questão e a existência de uma articulação em torno dela. À época, Sergio Arouca e o então vice-presidente Arlindo Fábio sugeriram que a Comunicação passasse a ser discutida nos congressos da Abrasco.

A primeira mesa de debate, no Congresso de Epidemiologia de 1992, reuniu Madel Therezinha Luz (IMS/Uerj), Udo Bochi (Opas) e Lefèvre (USP), além de um representante da ECO/UFRJ, lembra Áurea. “Em volta dessa mesa redonda havia mais de 200 pessoas, o que indicava para nós a importância desse debate”.

Em longas jornadas nas dependências do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), no Rio de Janeiro, Rogério, Álvaro e Caco Xavier (todos da equipe do Radis) e integrantes da Abrasco, como Teresinha, Wilma, Mario Cesar Scheffer, José Paulo Cunha, Rosi Fátima e Janine, participaram das discussões de formulação da ementa do GT, coordenado inicialmente por Áurea. O GT teve como papel articular profissionais de Comunicação preocupados com o debate que tinha a comunicação como eixo estratégico para o SUDS. “O grupo de trabalho passa, então, a estimular a reflexão sobre o tema, em eventos da Abrasco, constituindo-se a partir daí um campo de reflexão na Saúde Coletiva”, diz Áurea.

Ela esteve à frente, ainda, do primeiro grupo de pesquisa em Comunicação e Saúde, que se formalizaria entre os anos de 1994 e 1995 na Fiocruz, e, posteriormente, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “Não era dada ênfase à pesquisa, porque fazíamos mais militância: tratava-se de debater a política de comunicação na saúde”, observa Áurea. Na segunda metade da década de 1990, os comunicadores envolvidos estavam ingressando ou finalizando cursos de especialização ou mestrado e publicando seus primeiros artigos.

Desde o início daquela década, o Radis registrou o surgimento de experiências inovadoras em Comunicação e Saúde, ao circular pelo país para colher material para suas publicações. Um desses registros ocorreu, em Santos, em 1991, onde o *Diário Oficial* do município fora transformado pela prefeitura em um superjornal, com equipe de reportagem e cobertura diárias das questões da cidade de um ponto de vista diferente do da imprensa comercial, e denunciou os maus tratos aos quais estavam submetidas as pessoas institucionalizadas no principal manicômio da cidade.

“Esse trabalho acabou por sensibilizar e mobilizar a população, levando a Justiça a autorizar a intervenção do governo local no hospital particular, a fim de transformá-lo verdadeiramente em um



O registro de experiência inovadora da Prefeitura de Santos, que denunciou maus tratos no manicômio da cidade, e a participação no processo da Reforma Psiquiátrica

espaço de saúde”, relata Rogério. “Em reportagens de campo e em coberturas de eventos, o Radis foi testemunha desse momento da pulverização de práticas de Comunicação e Saúde”.

EVENTOS E AULAS

O Programa Radis esteve presente em diversos eventos científicos, com seus integrantes dando palestras ou apresentando pôsteres. Um dos primeiros trabalhos em eventos do setor foi uma análise sobre as condições de vida nas cidades, utilizando histórias em quadrinhos, apresentada em Salvador, pelo então ilustrador e redator do Radis, Caco Xavier. Mais tarde, como editor do Radis, ele voltou à Bahia para expor em outro evento, com a analista Teresa Oliveira, um inventário com os temas mais tratados nas publicações do programa. “A equipe refletia sobre o próprio trabalho”, diz Rogério.

Com a subcoordenadora do programa, Justa Helena, Rogério apresentou pesquisa analisando matérias sobre meio ambiente, assim consideradas ou não pela revista *Veja*. Foram analisadas mais de oito mil páginas publicadas. O estudo foi selecionado para apresentação em congresso da Abrasco, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Universidade de Havana, Cuba. “A participação do Radis nos eventos da Abrasco, da Rede Unida e da SBPC tornou-se regular. Fazíamos reportagens e participávamos das atividades acadêmicas”, lembra Rogério. “Com meu ingresso no mestrado, para estudar interatividade e diálogo na comunicação, os eventos do campo da Comunicação também entraram no circuito do Radis”.

Na última década, tornaram-se regulares também as palestras e as aulas dadas por profissionais do Radis sobre Comunicação e Saúde, dentro e fora da Fiocruz. O primeiro, oferecido pelo Icti, Casa de Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Radis, foi de especialização em nível médio, ainda nos anos 1990, com edições anuais. Na pós-graduação do Icti/Fiocruz, o curso mais frequente é o de Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Esses cursos foram levados a outros estados, como Rio Grande do Sul (no Hospital Conceição) e Bahia (na rede de escolas de formação técnica, contando sempre com professores do Radis em saúde).

Quando a ‘Radis’ chega... abro na mesma hora e já leio a seção de cartas, os Toques da Redação e, é claro, o cartum. Depois me delicio com as reportagens.

Ingrid Bumbieris Travaim, enfermeira e conselheira de Saúde, leitora, Nova Andradina, MS (maio/2008)

Hoje, Rogério Lannes e o subeditor da revista *Radis*, Adriano De Lavor, dão aulas regularmente na Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde, do Ict, e ocasionalmente em cursos da

Ensp. O diferencial dos profissionais do *Radis* na atividade acadêmica é, segundo Rogério, o fato de aliarem a prática à reflexão sobre o jornalismo em saúde. “Desempenhamos tanto a atividade acadêmica quanto o fazer jornalístico no máximo de suas potencialidades e as reportagens dão concretude à nossa reflexão”, avalia.

Mais recentemente, o campo avançou com a abertura de mestrado e doutorado em Comunicação e Saúde, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde do Ict. Os cursos têm como base uma abordagem transversal que considera e valoriza as especificidades dos campos disciplinares envolvidos, mas com uma permanente atitude de busca e aprofundamento das articulações epistemológicas, teóricas e metodológicas da informação e da comunicação.


PROCESSO SOCIAL

Na opinião de Áurea Rocha Pitta, é preciso reconhecer avanços como esses para fechar um ciclo marcado pelas críticas às práticas autoritárias e começar um novo em que se compreenda a Comunicação em toda sua complexidade. “Ainda estamos presos nas técnicas e nos meios, associando

comunicação a vinhetas, sites, blogs ou campanhas que servem de acessório para legitimar programas de governo”, diz.

Janine Cardoso vê um “arrefecimento” do debate da Saúde — “com sanitaristas falando em repolitização do movimento” — que de certo modo atinge as reflexões sobre Comunicação e Saúde. “O campo tem se concentrado em olhar para a eficiência das práticas, o que tem sua importância, mas esvazia a problematização que havia antes, mais política e instigante”, considera.

Áurea aponta como caminho o aprofundamento da compreensão da comunicação como processo social complexo, inerente à vida em sociedade e à cultura de um povo ou grupo, um processo que institui a própria vida em sociedade. Segundo ela, essa abordagem instituinte está contemplada no Decreto 7508/11, que regulamenta a Lei 8080/90 (*Radis* 109). Ao conceituar Regiões de Saúde, por exemplo, o texto indica “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde”.

Para Áurea, ao articular redes, territórios, comunicação e sistemas de informação, o decreto retomou conceitos caros à saúde pública e que vêm sendo debatidos e difundidos desde o final da década de 1980 — período que antecede a onda neoliberal dos anos 1990 no país. “A comunicação é processo instituinte e parte dos processos de determinação da saúde e da doença. Assim, é necessário deixar de entendê-la em sua face instituída — as técnicas e estratégias de comunicação”, analisa. (Bruno Dominguez) 

‘Radis’ de cara nova


A revista *Radis* festeja os 30 anos do Programa Radis apresentando, a partir desta edição, um novo visual para seus leitores. A começar pela capa, mais leve, valorizando o nome da revista e o número de cada edição, e abrindo novos espaços para as chamadas. A seção *Súmula* foi toda reformulada, tornando-se mais dinâmica e arejada, com destaques diferentes para cada nota, facilitando sua localização. Além disso, os textos da seção passam a refletir com mais nitidez sua proposta, de fazer um acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

As matérias e seções da revista têm, agora, uma nova indicação, mais visível, no alto da página. Os textos do *miolo* ganharam nova organização, em duas colunas, com espaços mais abertos para fotos e informações adicionais.

Desde 2002, quando a *Radis* começou a ser editada, algumas mudanças foram realizadas, sem que, no entanto, se mexesse em seu projeto gráfico básico. As maiores mudanças se deram em dois momentos. Um deles, em 2005, quando o Programa Radis passou a dispor de máquina fotográfica própria, e as fotos de arquivo, ou cedidas por outros setores, ou, ainda,

produzidas por iniciativa dos integrantes da equipe, bem como as ilustrações em bico de pena dos entrevistados da revista deram lugar a fotos produzidas especialmente para as matérias. E, ainda, quando a revista deixou de ser editada em preto e branco, para ganhar páginas coloridas, a partir da edição nº 36 (agosto de 2005). Fora isso, pequenos ajustes vieram sendo realizados, como a mudança na cor dos títulos das notas da *Súmula*, de preto para azul, a partir da edição nº 60 (agosto de 2007), quando o *Radis* fez 25 anos.

Ao longo dos últimos meses, já preparando a revista para o visual que passa a ter agora, foram experimentadas algumas alterações, tais como a forma de indicar a matéria de capa, maior frequência de fotos ampliadas e mudanças no padrão dos *olhos* (trechos em destaque das matérias).

A decisão de mudar e aperfeiçoar o aspecto visual da *Radis*, porém, foi acompanhada de uma certeza: a essência da revista não deveria ter qualquer alteração. De cara nova e em sintonia com o programa, a *Radis* continua a exercer um jornalismo crítico e independente em defesa da saúde coletiva e do SUS. 

“Quero agradecer pela oportunidade de receber esse importante veículo. A ‘Radis’ ajudou a expandir meus horizontes e trouxe nova visão sobre a atual situação da saúde pública brasileira (...).”

Evandro Gonçalves da Silva, leitor
Bananeiras, PB (julho/2009)



Um resgate do Massacre de Manguinhos

Cassação dos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz pela ditadura militar foi triste marco da ciência brasileira; reintegração dos cassados afirmou processo de redemocratização da Fiocruz

Durante os anos de chumbo, a ciência brasileira sofreu um baque que marcaria sua história como um dos tristes episódios protagonizados pela ditadura militar. Em 1970, na vigência do Ato Institucional nº 5 — que suspendia garantias constitucionais e dava poderes extraordinários ao Presidente da República — dez pesquisadores vinculados ao então Instituto Oswaldo Cruz (IOC) foram cassados, tiveram seus direitos políticos suspensos e foram impedidos de trabalhar. Era o auge das perseguições e do cerceamento que desde 1964 vinham sofrendo esses aguerridos e competentes profissionais, reconhecidos em todo o mundo e que haviam ajudado a construir a tradição do IOC.

Decreto publicado em primeiro de abril de 1970 suspendeu os direitos políticos dos pesquisadores Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque. Dois dias depois, os mesmos cientistas foram também aposentados compulsoriamente, ao lado de mais dois colegas que não apareciam no primeiro decreto — o médico imunologista e especialista na área de Micologia Masao Goto e o parasitologista Domingos Arthur Machado Filho. Era o chamado Massacre de Manguinhos, expressão cunhada por

um dos cassados, o médico e entomologista Herman Lent, um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em corajoso depoimento publicado anos depois, em 1978, em seu livro *O massacre de Manguinhos* (editora Avenir).

O baque rendeu longos oito anos de silêncio. O tema tornou-se tabu nos corredores do Castelo Mourisco, no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, sede do Instituto Oswaldo Cruz. “Não se podia falar disso. Foi uma história censurada durante muito tempo”, conta a cientista social Wanda Hamilton, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), que iniciou trabalho de coleta de depoimentos dos cassados em 1985 para a construção de um acervo de história oral, no projeto Memória de Manguinhos. “Vivia-se um período de exceção”, resume Wanda, lembrando que não houve explicações oficiais para as cassações. Todos foram afastados após inúmeros inquéritos que nada provaram contra eles, como relata a revista *Súmula*, de dezembro de 1986, em texto sobre a reintegração dos pesquisadores, ocorrida naquele ano.

INSTITUIÇÃO DESFALCADA

A cassação, lembra Wanda, privou a instituição de grandes cérebros que estavam na ponta do conhecimento científico do país, em áreas como

Os cassados de Manguinhos retornam à Fiocruz: (da E para D) Augusto Perissé, Tito Cavalcanti, Haity Moussatché, Fernando Ubatuba, Moacyr Andrade, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Herman Lent, Sebastião de Oliveira e Domingos Machado (FOTO: Cid Sayão/Fiocruz)

O Massacre na linha do tempo

1964

Golpe militar (março)

Francisco de Paula da Rocha Lagoa é nomeado por Castelo Branco presidente da Fiocruz (1964-1969)

1967

Morre Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz (janeiro)

1968

Decretado o AI 5 (dezembro)

1970

Massacre de Manguinhos: pesquisadores do IOC são cassados e aposentados compulsoriamente (abril)

1979

Carlos Morel faz discurso na Ensp, pleiteando a reintegração dos cassados durante homenagem a eles

Lei da Anistia é sancionada (agosto)

1985

Sergio Arouca torna-se presidente da Fiocruz (1985-1988)

1986

Os cassados são reintegrados (agosto)

Entomologia, Micologia e Fisiologia. “Todos os pesquisadores eram líderes de projetos e seus laboratórios foram desmontados. A Entomologia, que era uma das áreas mais importantes e tradicionais da instituição, por causa da pesquisa com insetos transmissores de doenças endêmicas no país, ficou desfalcada”. Tratava-se de um grupo que participava e testemunhava uma mudança de paradigma na abordagem da saúde, “a juventude daquilo que Hermann Lent chamava de Ciência Médica Experimental”, como relata a pesquisadora.

“Para a Fiocruz, as cassações representaram a desmobilização de equipes de pesquisa que atuavam desde os anos 30, com consequências desastrosas para a continuidade institucional do IOC, que foi incorporado, com outras instituições da área de saúde, a uma nova instituição criada em 1970, denominada Fundação Oswaldo Cruz”, relata Nara Azevedo, atual diretora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que também participou das entrevistas com os pesquisadores cassados. Ela conta que o projeto de resgate desse episódio nebuloso esteve na base da criação da COC, unidade instituída oficialmente em 1987, dedicada à preservação da memória da instituição e à pesquisa histórica no campo da história das ciências e da saúde.

“Só uma interrelação de fatores pode explicar aquele desfecho trágico”, afirma Wanda. Entre esses fatores, explica, estariam as dissensões em relação ao papel social que o IOC deveria assumir — se preservando a pesquisa básica, como defendiam os pesquisadores cassados, ou priorizando a pesquisa aplicada — e a divergência de visões, entre os pesquisadores e a direção da instituição, na época ocupada por Francisco de Paula Rocha Lagoa, que fazia parte dos quadros do IOC, mas foi considerado um interventor, nomeado pelo então presidente da República, Castelo Branco, e com visão alinhada à do governo militar. Rocha Lagoa era, inclusive, ex-aluno da Escola Superior de Guerra, um dos berços do ideário da ditadura brasileira. Depois que saiu da Fiocruz, tornou-se ministro da Saúde do governo Médici (1969-1972).

Coletar os depoimentos não foi problema, segundo Wanda. “Todos queriam muito falar. Havia um clima de otimismo, no contexto da redemocratização”, relembra. Além de Wanda e Nara a coleta dos depoimentos teve participação de Paulo Gadelha, hoje presidente da Fiocruz. “Uma coisa intrigante é que a cassação foi politizada, talvez incorretamente, tanto por quem executou o ato como pelas vítimas da repressão. O fato tomou dimensões muito superiores às simples divergências em relação aos rumos do instituto”, analisou Gadelha na revista *História, Ciências, Saúde* (vol V (2) – jul-out. 1998), edição em que foi publicada entrevista com Haity Moussatché.

AMBIENTE SOMBRIO

Em seu livro *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, Ana Maria Fernandes escreve que o então IOC “foi virtualmente destruído sob o regime militar”. O instituto havia sido determinante no estabelecimento da pesquisa científica no Brasil, inclusive contribuindo para o desenvolvimento de outras instituições e universidades, como a Universidade de Brasília, de cuja idealização Haity Moussatché havia participado diretamente.

O golpe de 1964 tornara o ambiente na instituição sombrio. Se, por um lado, a produção de vacinas era estimulada, fazendo jus ao perfil que o governo desejava para o IOC, por outro, o clima de repressão amplificava perseguições infundadas. Profissionais com convites para viagens ao exterior e passagens garantidas eram impedidos subitamente de ir e vir. As condições de trabalho eram precárias e o ambiente, degradado pela falta de recursos e de liberdade de pensamento. Diferentes inquéritos foram instalados, por Comissões de Investigação da Polícia Militar e do Ministério da Saúde, na época sob o comando do ministro do governo Castelo Branco, Raymundo de Brito (1964-1967), buscando investigar atos subversivos e o recebimento de verbas por meio de subvenções de instituições particulares nacionais ou estrangeiras. Além de os inquéritos não terem encontrado irregularidades, antes mesmo de se iniciarem as investigações, oito demissões de chefes de divisão e de seção foram levadas a cabo.

‘TERRORISMO CULTURAL’

“No final de 1964, a imprensa fazia referências ao *terrorismo cultural* praticado em Manguinhos, onde vários cientistas haviam sido oprimidos”, como escreve Ana Maria. As cassações *brancas* e o clima de opressão foi vitimando os pesquisadores não só calando suas vozes como ceifando sua produção. Walter Oswaldo Cruz, filho caçula de Oswaldo Cruz, morreu de ataque cardíaco aos 56 anos, em 1967, após o desgosto profundo de ver seu laboratório praticamente destruído e seus alunos dispersos. Essa perda repercutiu no meio científico internacional. Com importantes trabalhos publicados sobre malária, Walter Oswaldo Cruz, um dos membros fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, havia participado da criação da Universidade de Brasília, em 1960 e da Reforma Universitária, entre 1962 e 1963.

A repressão dentro e fora da Fiocruz se tornou ainda mais acirrada no período em que Rocha Lagoa foi ministro da Saúde do governo Médici. Além do AI 5, que cassou os pesquisadores, o AI 10 os impediu de exercer atividades de pesquisa e ensino em qualquer instituição que tivesse financiamento do governo brasileiro. “Não dá para mensurar exatamente, mas apenas imaginar o impacto sobre a pesquisa e o livre pensamento. A Fiocruz na época tinha cerca de 70 pesquisadores, portanto, a cassação atingiu a instituição não só qualitativamente. Foi uma parcela expressiva dos seus pesquisadores”, avalia Wanda.

‘ATOS SUBVERSIVOS’

Entre os temas investigados pelos órgãos de segurança do regime militar como possíveis *atos subversivos* praticados no Instituto Oswaldo Cruz esteve a proposta de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, causa que alguns dos pesquisadores perseguidos defendiam. Um telegrama de 1946, endereçado ao então senador Luis Carlos Prestes, foi também usado contra Herman Lent e outros cassados. No telegrama, eles apoiavam Prestes em seu desejo de retirar do Brasil tropas dos Estados Unidos que, durante a 2ª Guerra Mundial, se instalaram na região Nordeste. “Em comum, os cientistas cassados tinham uma mobilização em prol

da ciência, mas só podem ser considerados como um grupo depois da cassação. Nem todos poderiam ser considerados comunistas, ou eram filiados a partidos políticos”, resume Wanda.

Como declarou o pesquisador Haity Moussatché, que ocupava o laboratório de Fisiologia do IOC, em depoimento colhido entre novembro de 1985 e janeiro de 1986, publicado na revista *História, Ciências, Saúde*: “Inquiriram desde cientistas até bedéis... O que quer dizer ser comunista ou não ser? Nunca pertenci a nenhum partido comunista, a nenhum partido político, porque não sou dos que creem que a solução do mundo seja através da política. Creio que a solução está na ciência...”.

Com grande expressão no meio acadêmico, durante os anos de afastamento, a maioria dos cassados não deixou de exercer suas atividades. Moussatché foi acolhido por uma universidade venezuelana, Fernando Ubatuba também passou pela Venezuela e viveu na Grã-Bretanha e Escócia, Herman Lent ficou na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. “Boa parte deles nunca deixou de pesquisar”, conta Wanda.

Os laboratórios desmontados guardavam ainda materiais e insumos valiosos, que graças ao cuidado de discípulos dos pesquisadores e funcionários foram parcialmente preservados. Na entrevista que concedeu em 1985, Moussatché teve a preocupação de agradecer a essas pessoas. “Quero chamar a atenção para o pessoal que ficou aqui no laboratório, à época do Massacre de Manguinhos, preocupado com o destino que poderia ter o material. Não se sabia o que ia acontecer, e, pelo que se diz, parte foi vendida como sucata”, contou o pesquisador, que morreu em 1998.

REINTEGRAÇÃO E HOMENAGEM

Só às vésperas da sanção da Lei da Anistia, em 1979, oito anos depois do Massacre de Manguinhos, foi possível no ambiente da instituição um ato político reivindicando a reintegração dos pesquisadores cassados. A Associação de Docentes, Pesquisadores e Tecnólogos da Fundação Oswaldo Cruz (ADFOC, precursora da atual Asfoc), organizou homenagem na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, que contou com a presença dos próprios pesquisadores cassados. “Vieram todos eles, menos o Haity que estava fora do país”, conta Carlos Morel, que recém-chegado à Fiocruz, em 1978, aceitou o convite de Luiz Fernando Ferreira Vianna (na época diretor da Ensp) para discursar no evento.

Citando nominalmente cada um dos cassados e criticando a forma como a anistia estava proposta, Luiz Fernando abriu os discursos. “Fala-se em anistia, mas que anistia? Que os que foram vítimas de perseguição gratuita solicitem a sua volta. Os pedidos serão julgados, isso é absurdo e ridículo. Os atestados ideológicos e as cassações brancas ainda estão presentes nessa Fundação”, discursou, conforme reprodução no livro *Crônicas de Manguinhos*, publicado em 1988. “A brutalidade que invadiu Manguinhos, a partir de 1964 fez outras vítimas além dos dez companheiros que hoje homenageamos...”, acrescentou, ainda, citando nominalmente Walter Oswaldo Cruz.

Morel tomou a palavra em seguida, exigindo a imediata e automática reintegração dos pesquisadores. No discurso, afirmava que a homenagem deveria ser a primeira etapa de um trabalho pela reconstrução da Fiocruz. “Para nós, está bastante claro que a opção

pelo caminho da real reconstrução de Manguinhos terá que partir da reintegração automática e imediata de seus pesquisadores que foram afastados por atos governamentais. O afastamento desses pesquisadores, por mesquinhos motivos de vingança pessoal, é uma chaga aberta nesta instituição e que sempre debilitará e a bloqueará se não for curada”.

Em depoimento à *Radis*, Morel relembra o episódio. “O [pesquisador] Lobato Paraense veio a minha sala, me aconselhou a não fazer o discurso, porque poderia ser preso imediatamente. Aqui dentro, como em toda instituição estatal, havia funcionários do SNI [Serviço Nacional de Informação]. Tomei duas doses de uísque e fui falar”, conta Morel, que não foi preso e, de 1993 a 1997, presidiu a Fiocruz, como sucessor de Luiz Fernando Ferreira. “O discurso era sensato e pedia justiça e democracia”, constata ele, que ficou emocionado ao receber dois anos depois, pessoalmente, os agradecimentos de Haity Moussatché. “Em 1981, sem aviso, ele entrou na minha sala para agradecer o discurso”, conta.

Morel participou da “ação integradora” de Arouca para finalmente trazer de volta os cassados, em agosto de 1986. Segundo conta, haviam sido pleiteadas 25 vagas de pesquisador para a instituição por conta da epidemia de dengue. “Arouca, primeiro, conseguiu que fossem garantidas essas vagas, e só depois disse que, das 25, dez seriam para reintegrar os cassados. O carisma e liderança de Arouca permitiram isso”.

A cerimônia de reintegração teve participação de Ulysses Guimarães e de Darcy Ribeiro. Os atores Paulo José e Antônio Pedro encenaram trecho da peça *Galileu Galilei*, de Bertolt Brecht. “Foi uma cerimônia belíssima, muito simbólica. Com a volta dos pesquisadores, a liderança do Arouca ficou óbvia”. Para Morel, o evento foi um divisor de águas na história da instituição. “Quem ainda tinha dúvidas sobre se a Fiocruz estava no rumo certo passou de crítico a defensor”, declarou. Nara Azevedo concorda: “A reintegração foi um dos elementos de afirmação do processo de redemocratização da instituição (que refletia o período vivido no país com o fim da ditadura) iniciado com a indicação de Sérgio Arouca para ocupar a presidência da Fiocruz”.

Acesse o perfil dos pesquisadores do IOC/Fiocruz no site do Radis (www.ensp.fiocruz.br/radis) e no site do IOC (www.fiocruz.br/ioc)

Arouca e Darcy Ribeiro (D), Ulysses Guimarães (C), entre Roberto Santos e Renato Archer, e José Leite Lopes (atrás) participaram da cerimônia de reintegração dos cassados, nas escadarias do Palácio Mourisco (FOTO: Cid Sayão/Fiocruz)

* Colaborou: Laís Tavares (Documentação)





EVENTOS

II Congresso Internacional de Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial

Realizado pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), o congresso tem como tema *Saúde mental na atenção primária à saúde*, em sintonia com as propostas do Ministério da Saúde e de organismos internacionais, como as organizações Mundial e Pan-Americana da Saúde. Entre os temas das palestras, painéis e mesas-redondas estão: *Saúde mental na atenção primária no contexto mundial, Política pública de saúde mental, Humanização, educação permanente e controle social, Apoio institucional como dispositivo de sustentabilidade, Judicialização da saúde e o cuidado e Saúde mental e direitos humanos*.



Data 3 a 5 de outubro

Local Centro de Eventos Plaza San Rafael, Porto Alegre, RS

Informações

www.ulbra.br/saude-mental
saudemental@officemarketing.com.br
(51) 21083111

13º Congresso Brasileiro de Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar

Em 12 conferências, 18 mesas-redondas, seis simpósios satélites e 18 sessões em formatos diversos (sessões interativas e debate com especialistas, entre outros), o evento buscará refletir a abrangência da infecção hospitalar e sua interface com outras áreas da saúde. São esperados cerca de 80 especialistas nacionais, seis palestrantes internacionais e mais de 2 mil profissionais de saúde. As atividades do congresso serão divididas em seis áreas (temas clássicos, populações especiais, antibiótico e resistência, microbiologia, enfermagem e reflexiva). Haverá horário exclusivo, sem outras atividades paralelas, para apresentação de pôsteres e temas livres. Fazem parte da programação, ainda, cinco cursos pré-congresso.



Data 7 a 10 de novembro de 2012

Local Mendes Convention Center, Santos, SP

Informações

www.cih2012.com.br
apech@uol.com.br

LIVROS

Memória

O lugar do arquivo, de Luciana Quillet Heyman (Contracapa), é uma descrição densa do arquivo do antropólogo e educador Darcy Ribeiro, que evidencia como os arquivos, em geral, são produtos socioculturais, instrumentos políticos e artefatos dotados de valor simbólico. Produzido com apoio da Faperj, o livro busca mostrar que o arquivo reflete e atesta o legado que abriga, e, ao mesmo tempo em que preserva, também institui e alimenta esse legado.

**Educação e pensamento único**

Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes, de Muniz Sodré (Vozes), questiona o modelo de educação vigente, oriundo do século XIX e que não atende à modernidade, nem às especificidades de cada país. Nas palavras de Leonardo Boff, que assina a apresentação, o livro procura enfrentar os desafios colocados à Pedagogia e à Educação, levando em conta as transformações processadas pelo capitalismo e partindo de um olhar do Hemisfério Sul, hoje "em processo de neodescolonização" e enfrentamento do neoeurocentrismo. Em sua análise, o autor busca alternativas frente a um mercado mundial da educação, pautado pela dominação e pelo pensamento único.

**Suicídio e saúde**

Trocando seis por meia dúzia: suicídio como emergência do Rio de Janeiro, organizado por Carlos Eduardo Estellita-Lins (Mauad X), resulta de três anos de pesquisa nos pólos de emergência psiquiátrica do Rio de Janeiro. O livro, que tem apoio da Faperj, relata o atendimento aos pacientes que atentam contra a própria vida nas emergências dos hospitais da cidade e enfoca as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde, da recepção ao atendimento pelo psiquiatra, constatando a inexistência de serviços preparados para atender essa demanda. Tratando de um tema delicado, sem banalizá-lo, o livro mostra, ainda, que é possível repensar a estratégia de divulgação de informação em saúde mental, como caminho para reduzir o estigma. Os pesquisadores que assinam os textos



realizaram também um documentário que pode ser acessado em <http://vimeo.com/36487179>.

Desaparecidos

K., de Bernardo Kucinski (Expressão Popular), aborda os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura militar, em romance sobre o sumiço de uma professora de Química da USP e de seu marido, em abril 1974. Trata-se da história da irmã do autor, Ana Rosa Kucinski, e do físico Wilson Silva. K., pai da professora, é o protagonista, às voltas com as buscas incansáveis pelo casal, lidando com agentes da repressão até descobrir que os dois haviam sido sequestrados, torturados e assassinados.

**Processos comunicacionais**

Mediação e Mídia-tização, organizado por Maria Ângela Mattos, Jeder Janotti Junior e Nilda Jacks (Edufba), aborda os dois conceitos do título considerando suas limitações, potencialidades e articulações para as análises dos processos comunicacionais contemporâneos. O livro divide-se em duas partes, discutindo os aportes teórico-metodológicos e conceitos-chave e as noções de mediação e mediação no campo da pesquisa empírica e na análise dos processos e produtos midiáticos.

**ENDEREÇOS****Contracapa**

(21) 9764-0533 e 3479-7400 (fax)
editora@contracapa.com.br
www.contracapa.com.br

Vozes

(24) 2233-9000 e 2231-4676 (fax)
vendas@vozes.com.br
www.universovozes.com.br

Mauad X

(21) 3479-7422 e 3479-7400 (fax)
mauad@mauad.com.br
www.mauad.com.br

Edufba

(71) 3283-6160 e 3283-6164
edufba@ufba.br
www.edufba.ufba.br/contato

Expressão Popular

(11) 3105-9500 e 3522-7516
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br



Verdugos e vítimas

Cid Benjamin *

Um país que desconhece o passado está condenado a repetir os erros. Por isso, se a Comissão da Verdade trazer à luz as entranhas da ditadura militar terá ajudado a consolidar a democracia e a criar anticorpos para que a barbárie não se repita. No que diz respeito ao resgate da memória estamos muito atrasados em relação aos demais países do Cone Sul. A Comissão da Verdade já deveria ter sido criada. Sarney ou Collor, por terem apoiado a ditadura, não o fariam. Mas Fernando Henrique poderia tê-lo feito. E não há explicação para que Lula não o tivesse feito.

É verdade que, se o Congresso não modificar a Lei da Anistia, os responsáveis por torturas ou assassinatos de presos não poderão ser levados aos tribunais. Esta situação resulta da absurda interpretação da lei feita recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), beneficiando os integrantes do aparelho repressivo.

Quando da aprovação da lei, em 1979, militantes que participaram do que os militares chamaram de “crimes de sangue” (ações que resultaram em mortos ou feridos, mesmo que em troca de tiros) foram excluídos da anistia e continuaram na prisão. Desde abril do ano passado, por conta da interpretação do STF, torturadores, estupradores e assassinos de presos políticos estão entre os beneficiados pela anistia. Quem sabe não cometeram “crimes de sangue”...

Para que a comissão cumpra seu papel, uma condição é importante: a abertura dos arquivos dos órgãos das Forças Armadas usados na repressão política. Não pode ser aceita a justificativa de que essa documentação foi queimada. Não se destroem arquivos, salvo em situações extremas, o que não ocorreu no Brasil. E, no caso

de documentos oficiais, é preciso haver ordem escrita para a destruição. Onde está essa ordem e quem a deu?


Os arquivos podem mostrar quem torturou e matou, quem deu ordens para tal e onde estão os restos mortais dos *desaparecidos*, além de tornarem público quem financiou a repressão. Se, por ora, os responsáveis por esses crimes não podem ser punidos, que, pelo menos, o país conheça seus nomes.

A presidente da República é a comandante-em-chefe das Forças Armadas. Cabe a ela garantir acesso a esses arquivos.

Devem ser conhecidos também, e vir a público, os decretos secretos do regime militar. Sim, por estranho que pareça, na ditadura houve decretos que tinham força de lei, mas não eram divulgados. É hora de torná-los públicos.

A comissão é formada por figuras respeitáveis, mas tem apenas dois anos para seu trabalho e precisa ajustar seu foco. Deve apurar os crimes de agentes do Estado e cometidos em seu nome. “Investigar os dois lados”, como quer o ministro do STJ Gilson Dipp, seria algo como defender investigação sobre os crimes da Resistência Francesa contra colaboradores dos nazistas.

Seria, também, criminalizar a resistência, mesmo armada, contra um regime ilegítimo — direito reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Isenção não pode ser confundida com equidistância entre verdugos e vítimas. 

Investigar ‘os dois lados’ seria criminalizar a resistência, mesmo armada, contra um regime ilegítimo

* *Jornalista. Publicado em O Globo, em 28/5/2012, seção Outra Opinião, sobre o tema A pauta da Comissão da Verdade.*

PROGRAMA RADIS DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE

Jornalismo crítico e independente, em prol da saúde, da ciência e da cidadania

1982

2012

30

anos

RADIS